Voz das Misericórdias

Diretor Nuno Reis /// ano XXXVII /// Janeiro/Fevereiro de 2022 /// publicação mensal /// Gratuito

Setor solidário pede cumprimento do Pacto

05

As organizações representativas do setor social e solidário reuniram-se com o primeiro ministro António Costa, no âmbito de um processo de auscultação de diversos setores da sociedade civil e parceiros sociais, iniciado após a reeleição do Partido Socialista. Na reunião, os representantes do setor manifestaram preocupação com a sustentabilidade das instituições e pediram o cumprimento do Pacto de Cooperação

26

PATRIMÓNIO

DESVENDAR AS HISTÓRIAS POR DETRÁS DAS RELÍQUIAS

A União das Misericórdias Portuguesas associou-se à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa num projeto de estudo, inventariação e divulgação de relíquias e relicários, que prevê a criação de uma base de dados a nível nacional e a dinamização de conferências, sessões de formação e exposições, ao longo dos próximos quatro anos. O projeto RELIQUARIUM tem a coordenação científica de António Camões Gouveia, investigador e docente da Universidade Nova de Lisboa, e vai ser desenvolvido pela equipa do Museu de São Roque.

Nova liderança para afirmar economia social

04

O presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Manuel de Lemos, assumiu, no passado dia 2 de fevereiro, a presidência da Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES)

'Bom serviço à globalização da solidariedade'

08

O VM conversou com Vítor Melícias, presidente da União das Misericórdias Portuguesas aquando da assinatura da primeira versão do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, em 1996

12 BRAGANÇA

'Votar traz um grande sentimento de liberdade'

Em Bragança, utentes exerceram o seu direito de voto, em dia de sufrágio antecipado para as eleições legislativas.

14 PERNES

Bandeira portuguesa para distinguir ministra

A Santa Casa da Misericórdia de Pernes entregou à ministra Ana Mendes Godinho uma tapeçaria com 14 metros quadrados.

18 CONDEIXA-A-NOVA

Livro para homenagear colaboradores e utentes

A Misericórdia de Condeixa-a-Nova publicou um livro de testemunhos para homenagear os seus utentes e trabalhadores.

24 ELEIÇÕES

Carta aos partidos para reforçar setor solidário

As entidades representativas do setor social e solidário dirigiram carta conjunta aos partidos políticos.

Manta feita de retalhos e recordações

Utentes de três lares da Misericórdia de Penafiel criaram manta de retalhos para recordar e exteriorizar sentimentos

TEXTO **PAULO SÉRGIO GONÇALVES**

Penafiel Dizem os mais sábios, e nós concordamos, que recordar é viver. E no baú das memórias e recordações cabem tantas e tantas histórias. Umas felizes, outras nem tanto. Algumas recentes, outras mais longínquas. A pensar nesta viagem pelas memórias, a Santa Casa da Misericórdia de Penafiel preparou, para homenagear São Valentim, uma oferta "bem quentinha". Aliás, quentinha, delicada e colorida. E mais importante, repleta de linhas de amor. Com base na história "A manta – Uma história aos quadradinhos (de tecido)", de Isabel Minhós Martins, utentes e colaboradores da Misericórdia de Penafiel colocaram as mãos nos retalhos e construíram a sua própria manta. Esta atividade foi realizada nos três lares da Santa Casa: Lar Santo António dos Capuchos, Lar Fernando de Oliveira Mendes e Lar de S. Martinho. O VM visitou a Misericórdia e deixou-se aconchegar pela "manta de amor e recordações".

Das lembranças de infância, passando pelo aconchego aos filhos, e depois aos netos, não há quem não se lembre daquela manta de retalhos que guardava no armário, no cantinho do sofá, ou no banco ali ao pé.

Maria Assunção Carvalho criou dez filhos. A família cresceu e hoje somam-se mais 23 netos e oito bisnetos. Aos netos e bisnetos não ensinou, mas os filhos mais velhos recordam-se, certamente, dos serões entre trapos e retalhos. "De algumas roupas velhas e outros tecidos já gastos fazíamos mantas, aventais e sacos de pano. Antes tinham muito valor", lembra a utente que escolheu como cores preferidas o vermelho e o rosa.

A primeira manta que recebeu chegou pelas mãos de uma vizinha. "Éramos muito pobres. Lembro-me muito bem de cobrir os meus filhos". Nunca teve namorados, nem festejou o São Valentim, mas na Santa Casa foi quem mais coseu. "Eu tenho muito jeito para as linhas e não custou nada. Foi muito bom recordar esta tradição", confessa satisfeita.

Otelinda Teixeira não hesitou na hora de escolher duas cores: azul e branco. Adepta do Futebol Clube do Porto, foi na invicta que trabalhou durante 35 anos. Como jardineira ao serviço da Câmara Municipal do Porto, várias foram as vezes que tratou da relva do "velhinho" Estádio das Antas. Habituada à vida citadina, recorda-se de comprar tiras de tecido, que depois unia em casa, transformando-os em lindos tapetes e mantas. Do namorado recebia flores e, mais tarde, como marido, merecia um jantar no restaurante.

Cecília Moreira e Cremilda Silva recebem-nos juntas. Se para a primeira, solteira, a manta de retalhos faz recordar a mãe "que costurava muito bem", para a segunda o verde faz lembrar os filhos. Cecília mantém o gosto pela costura e neste São Valentim sentiu-se "feliz" por recordar "outros tempos".

Cátia Fonseca, animadora sociocultural na instituição há 15 anos, acompanhou cada pedaço de linha cosida, cada quadrado unido. "O tempo de isolamento provocado pela pandemia de Covid-19 teve efeitos muito negativos nestes idosos. Sentem muito medo do exterior e percebemos que também precisavam de exteriorizar algumas emoções", explica-nos.

Pelas cores e padrões de retalhos escolhidos, manifestaram alguns dos sentimentos mais escondidos e, por isso, a animadora sentiu-se muitas vezes surpreendida pelos sentimentos à flor da pele. "Através de cada retalho, os utentes foram recordando memórias e sentimentos, uns que nos arrancaram gargalhadas, outros que nos fizeram verter lágrimas", confidencia Cátia Fonseca. VM

Reconhecer o diálogo e a cooperação

Homenagem As Misericórdias da Arquidiocese de Braga homenagearam D. Jorge Ortiga, numa cerimónia realizada a 31 de janeiro no Paço Episcopal de Braga, na presença do presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), Manuel de Lemos. Aos 77 anos, D. Jorge Ortiga despediu-se da arquidiocese, depois de mais de duas décadas como Arcebispo Primaz de Braga e das Espanhas. Na ocasião, as Santas Casas agradeceram o trabalho social e pastoral de D. Jorge Ortiga e reconheceram a postura de diálogo e cooperação com as instituições.

Em declarações ao VM, a presidente do Secretariado Regional (SR) de Braga e provedora da Misericórdia de Esposende enalteceu o "trabalho desenvolvido em articulação com as Misericórdias, numa postura de diálogo e apoio a todas as atividades, assim como a profunda amizade que construiu com as instituições. Nos momentos mais difíceis e decisivos, foi sempre um arcebispo muito preocupado e atento aos nossos desenvolvimentos e dificuldades". Reconhecendo a "dimensão social" deste legado, Emília Vilarinho Zão salientou igualmente o "olhar muito próximo e de atenção aos públicos mais vulneráveis do território".

No discurso proferido durante a cerimónia, a responsável procurou ainda destacar o papel do arcebispo emérito enquanto "guia espiritual, no cumprimento das 14 obras de misericórdia e atualização da missão aos tempos de hoje".

A cerimónia organizada pelo SR de Braga, no Paço Episcopal de Braga, decorreu no final da tarde de 31 de janeiro, com a presença da grande maioria das Misericórdias da Arquidiocese de Braga. Neste conjunto, incluem-se as 15 representadas pelo SR de Braga, a que se juntam ainda as Santas Casas de Póvoa de Varzim e Vila do Conde, localizadas no distrito do Porto.

D. Jorge Ortiga cessou funções como arcebispo primaz de Braga e das Espanhas no dia 13 de fevereiro. Durante o período em que esteve à frente da Arquidiocese de Braga, acompanhou o pontificado de sete Papas e foi presidente da Conferência Episcopal Portuguesa. Em 2017, por ocasião das bodas de ouro sacerdotais, o responsável recebeu uma mensagem do Papa Francisco, na qual o pontífice elogiou o "zelo apostólico" e o "exemplo de vida". VM

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Saúde

'Confiança nos hospitais do setor social'

O Governo anunciou a celebração de 12 acordos de cooperação para a prestação de cuidados de saúde com o setor social para aumentar a capacidade de resposta e reduzir as listas de espera. A despesa plurianual no valor de cerca de 187 milhões de euros foi autorizada na reunião de Conselho de Ministros, a 23 de dezembro de 2021. Para o presidente da UMP, este acordo representa um "sinal de confiança nos hospitais do setor social".

Misericórdias

Congresso internacional em Brasília

As Misericórdias do Brasil e de outros países do mundo vão estar reunidas em Brasília, de 23 a 25 de agosto, no 13º Congresso Internacional das Misericórdias e 30º Congresso da Confederação das Misericórdias Brasileiras. Sob o tema "Conectar para Inovar e Assegurar o Futuro da Saúde", os dois congressos convidam ao debate sobre o papel das Misericórdias na área da saúde, formação e investigação.

Póvoa de Lanhoso

Formação para atuar em casos de emergência

A Misericórdia de Póvoa de Lanhoso iniciou, no final de 2021, a formação em suporte básico de vida junto das suas equipas. As ações de formação iniciaram em novembro e abrangeram, até ao momento, 175 pessoas. Em nota informativa, a instituição considerou de "extrema importância" dotar as equipas das competências necessárias para atuar em contextos de emergência, uma vez que inclui um "corpo de aproximadamente 300 funcionários distribuídos por áreas de atuação tão abrangentes".

NÚMEROS EM DESTAQUE

118

Os portugueses deram maioria absoluta ao Partido Socialista (PS) nas eleições legislativas de 30 de janeiro. Os dados provisórios dão conta que o PS chegou aos 118 deputados no continente e ilhas e poderá chegar aos 120 quando forem contabilizados os círculos da emigração.

42%

Cinco por cento dos portugueses concentram 42% do património acumulado em Portugal, que é assim o quinto país mais desigual da OCDE.

61%

61% dos portugueses não leram um único livro no último ano. Os resultados são do Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses 2020.

EDITORIAL

NUNO REIS
Diretor do Jornal
jornal@ump.pt

Luzes e sombras

Cumprem-se, a 11 de março, dois anos desde que a Organização Mundial da Saúde declarou a Covid-19 como pandemia.

Cada um saberá o impacto deste tempo nas suas vidas. Seja qual for o prisma, como cidadão, como doente, como utente, como auxiliar de ação médica, como enfermeiro, como mesário, a maior crise de saúde pública dos últimos 100 anos implicou mudanças, pediu respostas, foi prova de resistência e capacidade de adaptação.

Com 2022, o novo "normal" trazia agora à nossa Europa perspetivas de acalmia, esperança de maior prosperidade, oportunidades de investimento, consubstanciadas num Plano dito de Recuperação e Resiliência. A brutal e injustificada invasão militar à Ucrânia traz consigo nuvens de sofrimento, perda, que exigem ações concretas para mitigar uma crise humanitária em plena Europa.

É neste contexto temporal de incerteza, de sombras, que as Misericórdias terão de dar cumprimento continuado à sua matriz cristã. Capacitá-las, dar-lhes melhores ferramentas para cumprir as obras de misericórdia, passa, também, por convencer o Estado da importância de atribuir recursos a quem melhor os dedica ao serviço do próximo.

Honrar o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, valorizar a força acrescida que significa a presença de Manuel de Lemos na liderança da Confederação Portuguesa de Economia Social, perceber a sageza das palavras de Melícias, são alguns dos motes deste Voz das Misericórdias. Na passagem de testemunho que a mesma significa, uma palavra de reconhecimento ao Paulo Moreira e a todos aqueles que, da primeira edição até hoje, contribuíram para dar voz às Misericórdias de todo o país. Com a esperança de que o testemunho que levamos, até à sua passagem a quem um dia o carregar, continue a dar voz a pessoas que servem pessoas e acreditando numa realidade secular, a das Misericórdias, que tem de servir de luz para um mundo mais humano e solidário. VM

EM AÇÃO

Acolher os cidadãos da Ucrânia

Ucrânia Pelo menos 100 mil pessoas já abandonaram as suas casas na Ucrânia e vários milhares deixaram o país, devido à invasão russa. Face a esta crise humanitária, o Governo está a preparar mecanismos de acolhimento para apoiar os cidadãos ucranianos que pretendam refugiar-se em Portugal e desafiou as Misericórdias a participar ativamente nesta operação de emergência, que inclui a disponibilização de alojamento temporário e postos de trabalho.

Numa carta enviada aos provedores e provedoras, o presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) apelou à resposta, com a maior urgência, das instituições que reúnam condições de integração em posto de trabalho e habitação temporária. "A nossa história já comprovou a força das Misericórdias na ajuda humanitária e em tempos de emergente incerteza social. A mobilização de todos é, acima de tudo, a nossa obrigação", invocou.

O desafio foi lançado pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, num momento em que a "Europa e o mundo vivem momentos difíceis e de severa complexidade com o aparente início de uma guerra que inevitavelmente pode provocar muitas mortes e também a inevitável deslocação de milhares de pessoas para fora dos seus territórios". Perante este cenário, a resposta foi imediata, conforme revela Manuel de Lemos: "Tendo bem presente a nossa natureza e missão, respondemos afirmativamente, sem hesitar, ao desafio".

Na circular enviada a 24 de fevereiro, data em que se dá a invasão russa, é pedido às Santas Casas que indiquem o tipo de apoio que podem prestar, integrando os cidadãos ucranianos em postos de trabalho, nas respostas e serviços das Misericórdias, e disponibilizando alojamento temporário para estas famílias, num primeiro momento, aquando da chegada a Portugal. Pretende-se, segundo Manuel de Lemos, "que estes cidadãos, após a sua integração em postos de trabalho nas Misericórdias, se autonomizem economicamente e em termos de habitação".

A resposta a este pedido deverá ser registada num formulário online, enviado às Misericórdias no dia 24 de fevereiro (Circular 29/2022).

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Nova liderança para afirmar setor da economia social

O presidente da União das Misericórdias, Manuel de Lemos, assumiu a liderança da Confederação Portuguesa de Economia Social

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Economia social O presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), Manuel de Lemos, assumiu a liderança da Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES), no dia 2 de fevereiro, em Lisboa. A lista candidata aos órgãos sociais da CPES, para o mandato de 2022-2025, foi eleita por unanimidade durante a assembleia eleitoral realizada no Palácio Benagazil, atual sede da CONFAGRI.

Depois de anunciar os membros eleitos, a presidente da mesa da assembleia geral, Maria do Céu Ramos, congratulou a nova direção e reconheceu o simbolismo do momento enquanto "prova de vitalidade" da confederação ao "serviço da economia social e da sociedade portuguesa". "Desejo que este nosso mandato seja uma oportunidade para ultrapassarmos as vicissitudes do primeiro mandato, por força da pandemia, e que possamos consolidar e alargar a nossa esfera de ação. Mas, sobretudo, que possamos servir a comunidade e dar um sinal de compromisso das instituições que representamos", sublinhou.

Após tomar posse, Manuel de Lemos agradeceu o empenho e dedicação dos órgãos cessantes, num contexto marcado pela pandemia, e o voto de confiança na equipa que encabeça nos próximos quatro anos. Dando continuidade ao trabalho iniciado pelos seus antecessores, aquando da fundação e primeiros anos de vida da CPES, definiu como objetivos para o mandato que agora inicia a afirmação da economia social na sociedade portuguesa.

"Não somos o terceiro setor, somos parte integrante da sociedade, da economia, do direito, da vida das pessoas e das comunidades. Somos economia social e temos de afirmar a nossa liderança, presença e contribuição para uma sociedade mais livre, justa e coesa. Esse é o nosso grande objetivo", clarificou perante os representantes das restantes famílias.

Para a concretização dos objetivos a que se propõe, apelou à mobilização de todos os que integram a Confederação Portuguesa de Economia Social. "A participação de todos é importante para que nos sintamos parte desta confederação. O caminho faz-se caminhando e é para isso que vos convoco a todos, certo de que ninguém faz nada sozinho, só uma equipa".

No balanço do mandato que agora termina, o presidente cessante, Manuel dos Santos Gomes (CONFAGRI), começou por destacar os constrangimentos que limitaram o plano de ação da CPES nos primeiros quatro anos de atividade, como a pandemia e mudança governativa. Apesar das dificuldades sentidas, congratulou-se pelos primeiros passos da confederação criada em 2017, sublinhando os esforços encetados para estabelecer a futura sede da confederação – espaço na antiga Mitra –, os contactos junto de vários órgãos a nível nacional e a assinatura do acordo para a formação profissional e qualificação

Economia social A lista candidata aos órgãos sociais da CPES, para o mandato de 2022-2025, foi eleita por unanimidade no dia 2 de fevereiro

da economia social, com a participação de todos os membros do Conselho Nacional para a Economia Social.

A nova direção da CPES é constituída por Maria do Céu Ramos (Centro Português de Fundações), Pedro Bleck da Silva (APM-REDEMUT), Luís Cristina de Barros (União das Mutualidades), na assembleia geral; Manuel de Lemos (UMP), Aldina Batista Fernandes (CONFAGRI), Eleutério Alves (CNIS), Julieta Almeida Vasconcelos (CONFECOOP), Marco Sousa Domingues (ANIMAR), na direção; e Maria Clementina Henriques (Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto), Fernando Centeno Amaro (APM-REDEMUT) e José dos Santos Almeida (União das Mutualidades), no conselho fiscal.

A CPES tem como objetivos a promoção e a defesa das organizações da economia social, representando o setor a nível nacional e internacional, e posiciona-se como um parceiro social na concertação, na definição das políticas públicas e nas orientações estratégicas destinadas à economia social.

Envelhecimento

Debate sobre o futuro dos lares de idosos

A União das Misericórdias Portuguesas participou no webinar "Envelhecimento | Respostas Seniores do Futuro", no dia 23 de fevereiro, a convite da Comissão de Proteção de Pessoas Idosas e/ou Dependentes do Município de Santarém. Em representação da UMP, estiveram Manuel Caldas de Almeida, vice-presidente, e Susana Branco, coordenadora do Gabinete de Ação Social, que participaram como oradores em sessões sobre as respostas sociais do futuro e direitos das pessoas idosas. O debate contou com a moderação do provedor da Misericórdia de Pernes, Manuel Maia Frazão.

Vila Franca de Xira

Funcionárias decoram sala de convívio

Um grupo de colaboradoras da Misericórdia de Vila Franca de Xira está empenhada na decoração da nova sala de convívio do piso 3 numa das estruturas residenciais para idosos. Segundo nota informativa, a empreitada, ainda em curso, tem como objetivo "proporcionar mais conforto e alegria" aos utentes. Não negam, contudo, que a tarefa lhes está a "dar imenso prazer". Para colorir a sala de convívio, foram escolhidos motivos vegetais.

Setor solidário pede cumprimento do Pacto

Setor social e solidário reuniu-se com António Costa, no âmbito de um processo de auscultação de diversos setores da sociedade civil

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Governo As quatro organizações representativas do setor social e solidário (ORSSS) estiveram reunidas com o primeiro-ministro António Costa, no dia 14 de fevereiro, no âmbito de um processo de auscultação de representantes de diversos setores da sociedade civil e parceiros sociais, iniciado a 30 de janeiro após a reeleição do Partido Socialista. Na reunião, os quatro representantes do setor manifestaram a sua preocupação com a sustentabilidade das instituições e pediram o cumprimento do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social.

Numa carta enviada aos provedores e provedoras, o presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) referiu que uma das preocupações manifestadas no encontro com o primeiro-ministro foi a "sustentabilidade geral do setor, que foi analisada no âmbito da recentre assinatura do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social".

Nesta reunião, com a duração de duas horas, que "decorreu em ambiente de franca cordialidade", Manuel de Lemos destacou a "atenção, disponibilidade e pragmatismo" de António Costa e a forma como o primeiro-ministro reafirmou a "sua vontade política em cumprir o Pacto e até a sua disponibilidade em antecipar alguns prazos".

Entre os temas abordados, incluem-se o Plano de Recuperação e Resiliência e a Rede Nacional de Cuidados Continuados, entre outros

Entre os temas estruturais e conjunturais abordados, incluem-se ainda o Plano de Recuperação e Resiliência (valores de construção e prazos) e as questões relativas à expansão e sustentabilidade da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e à disponibilidade de várias instituições para alargar o Programa Bata Branca. As farmácias sociais e questões fiscais foram outros temas em análise. "Corremos todo o espectro das questões que preocupam as Misericórdias e o setor em geral", afirmou Manuel de Lemos, com a ressalva de que se aguarda a constituição do governo para dar seguimento ao trabalho e negociações com os respetivos ministros setoriais.

Em declarações ao Jornal de Notícias, o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) adiantou ainda que a reunião "foi muito importante" para enumerar outras preocupações, como um pedido de "melhor coordenação entre Ministérios", a discussão das "condições de acesso do setor ao Plano de Recuperação e Resiliência" e a "possibilidade de as mutualidades terem as farmácias sociais". Lino Maia elogiou ainda o interesse e vontade manifestados pelo primeiro-ministro em ter "um programa de legislatura que satisfaça as preocupações do setor". As outras entidades ouvidas em simultâneo foram a União das Mutualidades e a Confederação Cooperativa Portuguesa (Confecoop).

Recorde-se que no princípio do ano, em plena campanha eleitoral, as quatro ORSSS escreveram uma carta conjunta dirigida aos partidos políticos candidatos à Assembleia da República na qual manifestaram a sua disponibilidade para colaborar na revisão legislativa necessária ao cumprimento do Pacto de Cooperação, o reforço da sustentabilidade e a autonomia das instituições face ao Estado.

No documento enviado às forças políticas (ver páginas 24 e 25), os representantes da União das Misericórdias Portuguesas, União das Mutualidades Portuguesas, Confecoop e CNIS destacaram a importância do compromisso formalizado no Pacto de Cooperação, revisto a 23 de dezembro de 2021, com vista à repartição equitativa dos encargos com as respostas sociais, e propuseram alterações legislativas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações presentes no Pacto.

Entre as alterações propostas então, com vista ao reforço da sustentabilidade, incluem-se a redução da taxa de IVA para 6% nas empreitadas em edifícios destinados a fins estatutários, o alargamento da isenção de IMI a todos os imóveis pertencentes às IPSS e entidades equiparadas e o aumento da consignação das receitas dos jogos sociais aos encargos do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social com os acordos de cooperação.

O LEGADO DOS BENFEITORES DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

ATÉ
50%
DESCONTO

EM PUBLICAÇÕES
E MERCHANDISING
ASSINALADO

Descubra as personalidades mais marcantes e os espaços mais icónicos da Santa Casa através dos livros.

lojadacultura.scml.pt

Campanha válida de março a abril, 2022

CULTURA

SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa

EM AÇÃO

FRASES

A escuta requer sempre a virtude da paciência, juntamente com a capacidade de se deixar surpreender pela verdade na pessoa que estamos a escutar. Só o espanto permite o conhecimento

Papa Francisco
Na mensagem a propósito do 56º Dia Mundial das Comunicações Sociais

Saibamos fazer de cada um dos trabalhadores do setor social um trabalhador valorizado e que sente que a sua vida faz sentido

Ana Mendes Godinho
Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Durante a sessão de assinatura do protocolo entre entidades do setor social e solidário, Instituto do Emprego e Formação Profissional e Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

O facto de o resultado agora ser muito mau não significa que seja necessariamente mau no futuro

Nuno Melo
Eurodeputado
A propósito da sua candidatura à liderança do CDS-PP

FOTO DO MÊS

Por ***Misericórdia da Covilhã***

COVILHÃ
SERVIÇO PIONEIRO DE APOIO A MIGRANTES

A Misericórdia da Covilhã inaugurou o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes da Covilhã (CLAIM). Em funcionamento desde 2020, o CLAIM assume-se como o serviço pioneiro de referência ao nível do apoio e acompanhamento dos processos do acolhimento e integração da comunidade migrante no concelho da Covilhã. No dia da inauguração, o palco foi dos migrantes e suas famílias, através da partilha de histórias de vida e atividades interculturais. Houve ainda espaço para sabores de diversas origens (Angola, Iraque, Síria, Brasil, Egito, Cabo Verde e Cuba) e danças e sons internacionais provenientes do Chile, Brasil, Angola e Portugal.

O CASO

Resposta de saúde para maiores de 65

Porto A Misericórdia do Porto criou uma resposta especializada para pessoas maiores de 65 anos que garante um acompanhamento do processo de envelhecimento através de uma abordagem multidisciplinar. A consulta de envelhecimento inclui cuidados em medicina geral e familiar, enfermagem comunitária, fisiatria e neuropsicologia, sendo ainda disponibilizado o apoio das restantes especialidades médicas e não médicas do Hospital da Prelada.

O objetivo desta nova oferta é reduzir o custo com a doença, promover a saúde e manter capacidades, numa lógica de envelhecimento saudável e ativo, de preferência em ambiente familiar, de modo a potenciar a reabilitação funcional e cognitiva do utente.

Em nota informativa, a Santa Casa define ainda como prioridade a continuidade de cuidados, seja no domicílio ou no hospital, de forma presencial ou via telefone, assim como a sinalização precoce para as diferentes respostas sociais e serviços da instituição.

A intervenção incide no diagnóstico, prevenção e tratamento de problemas associados ao envelhecimento, como as alterações de memória, demências, distúrbios de sono, doença psiquiátrica, anorexia, disfagia, úlceras de pressão, dor crónica, risco de queda, entre outros.

Depois de uma primeira avaliação pela equipa, para diagnóstico das necessidades específicas do utente, é definido um "plano de cuidados individualizado, dinâmico e interventivo", com a participação ativa do utente e família. Nesta abordagem, são aplicadas várias escalas de monitorização da autonomia, marcha, atividade de vida diária, qualidade de vida, estado nutricional, de modo a aferir o grau de dependência física, cognitiva e social.

Sempre que possível, os cuidados visam manter o utente no seu contexto domiciliário, disponibilizando ferramentas e suporte social e clínico necessários à sua segurança e bem-estar. Mas quando necessário, é também feita a sinalização e encaminhamento para as diferentes respostas sociais e serviços da Misericórdia do Porto.

Os cuidados visam manter o utente no seu contexto domiciliário, disponibilizando ferramentas e suporte social e clínico necessários

A marcação da consulta pode ser feita em https://portaldasaude.scmp.pt/pt-pt/marcacao--de-consultas.

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

ARQUIVO VM

Tomar

Celebrar os 25 anos do lar de idosos

A Misericórdia de Tomar assinalou os 25 anos da inauguração do Lar Nossa Senhora da Graça, no dia 28 de fevereiro, com uma homenagem aos trabalhadores, uma eucaristia na capela do lar, presidida pelo bispo de Santarém, e um almoço com os utentes, órgãos sociais, colaboradores e convidados. Esta estrutura acolhe 80 utentes em lar, 25 em centro de dia e apoia 63 no domicílio. Numa nota enviada, a instituição revela que tem ainda 67 trabalhadores, dos quais 13 comemoram agora 25 anos de serviço.

Constância

Lar de idosos em direto na televisão

Os utentes e colaboradores da estrutura residencial de Santa Margarida, da Misericórdia de Constância, foram surpreendidos pela visita da equipa do programa "Dois às 10", da TVI, e pela oferta de um televisor. Segundo nota informativa, a experiência proporcionou uma manhã única e arrancou sorrisos a todos os residentes. "Foi uma manhã diferente, onde entrámos nos ecrãs das vossas televisões, partilhando com todos vocês um pouco da alegria e da boa-disposição que reina nesta nossa casa e onde a idade é apenas um mero número".

Vítor Melícias

'Versão atualizada será de bom serviço à globalização da solidariedade'

Entrevista *O VM conversou com Vítor Melícias, presidente da UMP aquando da assinatura da primeira versão do Pacto de Cooperação, em 1996*

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Como foi testemunhar a renovação do Pacto que subscreveu há 25 anos?

Começo por saudar com entusiasmo o Pacto, agora renovado e inovadoramente reforçado, após 25 anos de vigência. Foram 25 anos em que, infelizmente, nem sempre teve a visibilidade e seguimento que merecia. Mas ainda bem que agora aparece corajoso e adaptado às necessidades do presente e do futuro, mas mantendo a filosofia social e humanista que o inspirou. Além da minha participação e da União, na elaboração e no lançamento desta primeira versão, permita-me que invoque a importante participação do Dr. Acácio Catarino, que Deus tenha e que bem merece a homenagem de todo o setor social, bem como dos então ministros Ferro Rodrigues e Maria de Belém Roseira, e já na fase de vigência e agora na criação do clima que levou a esta nova versão, o papel do Dr. Vieira da Silva, a quem o Pacto e a economia social tanto devem. Bem-haja a eles todos.

Qual é a importância estratégica deste documento?

Esta nova versão do Pacto é de enorme importância, pelo seu sentido e atualidade, baseado na inovadora filosofia da relação sintagmática entre o Estado e as instituições da sociedade civil, e pela confirmação da vocação de universalismo humanista decorrente da sua explícita fundamentação nos princípios da prioridade a toda a pessoa humana e da proximidade globalizante. Esta relação de responsabilidade conjunta em cooperação, aqui partilhada neste instrumento normativo jurídico, com uma sumidade vinculativa e uma natureza que a impõe às próprias leis ordinárias, confere-lhe uma extraordinária importância prática e valoriza esta filosofia que o inspirou. É de facto notável que o humanismo universalista assuma tal relevância nestes tempos de globalização, a qual não pode continuar a ser prevalente e desastradamente financeira e comercial (oxalá também fosse, pelo menos, política), mas precisa de ser verdadeira e efetivamente a globalização ou mundialização da solidariedade, da fraternidade universal, como lhe chama o Papa Francisco, na sua fratelli tutti. Ou seja, na já muito consagrada trilogia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, liberdade, igualdade e fraternidade, esta fraternidade deve ter pelo menos tanto reconhecimento e

tutela jurídico-política como a liberdade e a igualdade, numa ótica e objetivo de glocalização, da correta e equilibrada harmonização entre o "pensar global" e "agir local". Só glocalizada é que a globalização pode ser humanizadora e promotora de direitos humanos, que por natureza são universais e "omnium et erga onnes", de todos para com todos.

Em que medida o movimento das Misericórdias inspirou o Pacto?
Da filosofia do Pacto, assume-se, por um lado, a tradição universalista de Portugal no mundo, através das Misericórdias, que desde o início desse grande encontro de povos e culturas que foi os Descobrimentos, os navegadores e missionários de 1500 implantaram, desde Ceuta ao Brasil, de Goa a Malaca, Macau, Filipinas e até ao Japão, como já em tempos posteriores, bem como na Madeira e Açores, São Tomé e Cabo Verde, Angola, Moçambique e, mais recentemente, em Paris, Luxemburgo, Timor e até Brasília, onde participei como cofundador. Criando Santas Casas "abertas ao mar", por onde quer que Portugal andasse, como base ou proteção a todos, cristãos ou não cristãos, portugueses ou naturais dos espaços desse mundo lusíado e lusófono, a raiz do seu sentido e identidade continua a traduzir-se na filosofia deste Pacto. E, assim, é um desafio à procura de um modelo de cidadania solidária das Misericórdias, particularmente na Europa, que cultural e humanisticamente integramos, e nas terras de herança lusófona, que partilhamos. Esta versão atualizada será de bom serviço à globalização da solidariedade e, porque não, à expansão do modelo solidário de Misericórdias, na promoção da sua socialidade mais participativa nas políticas de economia social, que sintagmaticamente entre elas competem tanto como aos Estados e seus governos ou autarquias.

Que mudanças destaca nestes 25 anos, em termos de cooperação e relação com o Estado?
Não obstante o progresso e ação social ao abrigo e por impulso do Pacto de 1996, em boa hora se caminhou no sentido de celebrar os seus 25 anos de vigência com esta revisão, que, englobando os progressos já verificados, veio não só reforçar o âmbito e qualidade da ação, mas também aprimorar o sentido e prática da responsabilidade conjunta, sintagmática, não meramente sinalagmática, isto é, de mútua contrapartida de direitos e obrigações. É por isso que os acordos são sintagmáticos e os contratos são sinalagmáticos. Uns e outros podem ser feitos entre o Estado e as instituições, sendo os acordos de responsabilidade conjunta.

Como se pode concretizar este novo modelo de relação com o Estado?
Há muita gente, incluindo provedores e outros dirigentes (e até juízes em julgamentos e sentenças), que pensa que as instituições apenas se limitam a vender a sua ação ao Estado no cumprimento da obrigação constitucional que lhe compete prestar a todos os cidadãos. Não. A obrigação é de todos. E os direitos de proteção financeira ou outra são do cidadão, das pessoas. Sendo que a obrigação do setor público, que por via fiscal arrecada em exclusivo as receitas, é a de suportar os custos e igualmente pertence às instituições, que não ao Estado, prestar os serviços. Esta responsabilidade sintagmática ou conjunta é exercida por cada um através de várias formas de compromisso, de cooperação, entre eles pactuados. É com este espírito que o Pacto deve ser lido, interpretado e julgado, porque desde o seu nascimento foi concebido e exemplarmente assumido por todos os seus intervenientes. Pelas razões de especificidade histórica e de contexto que há muito venho invocando no universo das instituições de economia social e das instituições de solidariedade, continuo a pensar que, à semelhança do que já acontece com as cooperativas e mutualidades, se justifica a existência de um Código das Misericórdias, que proteja e promova o princípio da proximidade e da solidariedade de vizinhança, particularmente nas áreas da saúde, como os cuidados continuados e similares, e do desenvolvimento local integrativo, com direta participação das comunidades locais. É, por isso, essencial que o Pacto e esta filosofia sejam divulgados em reuniões e congressos. Mas não é menos essencial que esta filosofia que lhe está subjacente seja aquela que serve a interpretação e aplicação de tudo o que a ele se refere. Que bela ideia se, por exemplo, já nas próximas reuniões e congressos da União e da Confederação Internacional das Misericórdias este tema tivesse lugar central, até para efeito de demonstração e alargamento do seu espírito.

> *Esta nova versão do Pacto é de enorme importância, pelo seu sentido e atualidade, baseado na filosofia da relação sintagmática entre o Estado e as instituições da sociedade civil*

> *Ainda bem que agora aparece corajoso e adaptado às necessidades do presente e do futuro, mas mantendo a filosofia social e humanista que o inspirou*

> *É notável que o humanismo universalista assuma tal relevância nestes tempos de globalização, a qual não pode continuar a ser desastradamente financeira e comercial*

> *Toda esta filosofia me leva a alegrar muito e a desejar que as Misericórdias liderem este movimento em defesa do Pacto e da solidariedade social globalizada*

De que forma as Misericórdias podem contribuir para reforçar o Pacto?
Além do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social e da Lei de Bases da Economia Social, pelas quais se regem as Misericórdias, e nas quais elas têm tratamento próprio e específico, este Pacto constitui a norma básica pela qual aquelas normas devem ser interpretadas tendo em atenção o princípio da natureza e autonomia, que o artigo 5º da lei de bases define como independência perante o Estado e quaisquer outras entidades. Isto, claro, sem eliminar aquele "legítimo direito de tutela", que o Estado mantém em defesa dos valores constitucionais e direitos dos cidadãos, mas contrariando os excessos, por vezes quase ridículos, de exigências por parte das autoridades, de licenciamento e fiscalização. Aliás, os processos já em curso da própria descentralização e transferência de competências do Estado para as autarquias são expressamente assumidos como "pressuposto do pacto de cooperação para a solidariedade". Toda esta filosofia me leva a alegrar muito e a desejar que as Misericórdias liderem este movimento em defesa do pacto e das novas filosofias de solidariedade social globalizada, pelo que agradecendo a oportunidade desta entrevista desejo a todos as maiores felicidades.

Quais são as suas expectativas para o futuro da cooperação?
Que isto que acabámos de ler e refletir não caia em saco roto. Certamente que a evolução da sociedade, com as suas crises, poderá exigir mais empenhamento do que qualquer uma das partes. O futuro a Deus pertence, mas o homem tem uma responsabilidade na sua construção.

Inauguradas 40 camas de continuados

Fundão A Misericórdia do Fundão inaugurou, no início de janeiro, 40 camas de média e longa duração, na Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI), que se juntam às vinte já disponíveis no edifício do Lar Nossa Senhora de Fátima. A instalação das novas camas resultou de um longo processo de negociações e de um investimento global superior a 600 mil euros, assegurado com o apoio do município, que permitiu adaptar e requalificar a antiga estrutura residencial para idosos.

Além das obras de modernização do edifício, a abertura das novas camas implicou a criação de mais 15 contratos de trabalho, num total de 45 profissionais das mais variadas áreas de intervenção: médicos, enfermeiros, fisiatra, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e da fala, psicólogos, animadores socioculturais e outros prestadores de cuidados.

A par da intervenção exterior, a UCCI foi alvo de profundas alterações no interior, de forma a adaptar a estrutura às exigências legais vigentes e assegurar o cumprimento das normas de eficiência energética e medidas de autoproteção, tornando a unidade num edifício acessível, inclusivo e energeticamente sustentável.

Numa nota enviada a 11 de janeiro, a Santa Casa revelou que, decorridos menos de 15 dias após a abertura das novas camas, a maioria já se encontrava ocupada ou com utentes referenciados a aguardar integração, o que na opinião do provedor é "bem demonstrativo das necessidades da região ao nível desta resposta de saúde". Apenas dez dias depois de inauguradas as camas, restavam dez vagas em longa duração e três em média duração.

Segundo Jorge Gaspar, o "próximo desafio são as camas de convalescença, que não existem no território da Cova da Beira, obrigando a que quem delas necessita seja colocado em unidades distantes da sua residência". Para concretizar este objetivo, está prevista a ampliação da unidade e apresentação de candidatura no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Capacitar os moradores de bairro social

Lamego A Misericórdia de Lamego tem em curso, até ao verão, um projeto de intervenção comunitária no Bairro Social da Quinta de Santo António, com o objetivo de fomentar as relações entre os moradores, valorizar os espaços comuns e promover a integração social dos residentes. Aprovado no âmbito do programa nacional "Bairros Saudáveis", o projeto "CASA – Juntos construímos a nossa Casa!" é desenvolvido pela Santa Casa e Obra Kolping de Portugal, com a parceria da autarquia, junta de freguesia e delegação local da Cruz Vermelha Portuguesa.

Estruturada em três eixos de intervenção (social, ambiental e urbanístico), a iniciativa visa capacitar e envolver as comunidades locais na valorização do bairro onde residem e contribuir para a sua efetiva integração social, através de ações de apoio ao estudo e desenvolvimento de competências, de valorização da identidade cultural das comunidades locais, enquanto veículo de coesão social, e de requalificação de áreas comuns e espaços verdes.

Segundo a coordenadora do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), que representa a Santa Casa no projeto, a candidatura apresentada resulta da identificação de necessidades junto dos moradores do bairro, na sequência de um trabalho de proximidade desenvolvido pelas equipas da instituição, ao nível do Rendimento Social de Inserção e SAAS.

"Por conhecermos bem a realidade do bairro, unimos esforços com outras entidades. Queremos dar novo rosto ao bairro, estreitar os laços entre os moradores, membros da comunidade cigana e não cigana, e promover o sentimento de pertença, tudo isto com a participação dos moradores. O objetivo é serem parte ativa do processo e darem depois continuidade ao projeto", revelou Sandra Sousa, durante uma visita ao bairro para identificação das necessidades e sensibilização da população.

Entre as ações para valorizar o espaço comum, incluem-se a instalação de ecopontos e compositores. No calendário de atividades previstas estão ainda uma ação de socorrismo, promovida em fevereiro pela Cruz Vermelha Portuguesa, e workshops de dança e culinária, orientados por elementos do bairro, com data a definir.

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Valorizar trabalhadores do setor social com formação

Setor social assinou acordo de cooperação com o IEFP e a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Formação As entidades do setor social e solidário assinaram um acordo de cooperação com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), no dia 13 de janeiro, em Coimbra, que prevê a criação de dois programas de formação e requalificação para os corpos sociais, dirigentes e trabalhadores das instituições, bem como desempregados, que possam vir a integrar os quadros das organizações.

O Programa Formação Profissional e Qualificação compreende duas iniciativas – 'Valorizar Social' e 'Qualifica Social' - que potenciam a transformação e adaptação das instituições aos desafios atuais e a melhoria da qualidade das respostas sociais, através da capacitação dos trabalhadores, dirigentes e corpos sociais, com enfoque nas competências digitais e de gestão.

Na cerimónia, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social destacou o simbolismo do momento que responde a uma reivindicação do setor social, consagrada no Compromisso e, mais recentemente, no novo Pacto de Cooperação. "Estamos a dar um salto gigante que corresponde a esta preocupação de conseguir fazer a adequação entre as necessidades de formação do setor e a oferta formativa desenhada à medida", sublinhou Ana Mendes Godinho.

Para concretizar este objetivo, está prevista a realização de um conjunto de ações de formação, que responde a necessidades transversais das entidades (Valorizar Social), e a criação de cinco percursos de formação específicos na área social, com 150 horas cada, que vão integrar o Catálogo Nacional de Qualificações, a partir de 15 de janeiro (Qualifica Social).

O primeiro deverá abranger cerca de 7400 pessoas, no primeiro ano, e o segundo envolve o desenvolvimento de processos de diagnóstico e posterior encaminhamento para validação e certificação de competências ou formação profissional, pelos centros da rede Qualifica. Em ambos os casos, são destinatários das medidas os corpos sociais, dirigentes, trabalhadores e desempregados, tendo em vista a integração nos quadros das organizações.

Em representação das entidades do setor social e solidário, Joaquim Pequicho, da Confederação Cooperativa Portuguesa (Confecoop), defendeu que este acordo vai promover um ambiente dinâmico, flexível e de estabilidade para as organizações, dotando-as de maior capacidade de resposta perante situações adversas. Destacou ainda a importância do investimento na transformação digital, através de uma cultura inovadora e aposta nas competências digitais, e na alteração do paradigma de trabalho, no que diz respeito à "arquitetura do trabalho em si, valorização das carreiras profissionais e captação de recursos humanos qualificados".

Ao consolidar estes novos moldes de parceria, que permitem valorizar os recursos humanos, atrair talento para o setor e reinventar as respostas aos cidadãos, Ana Mendes Godinho acredita que se está a responder aos desafios estruturais do país. "Quanto mais conseguirmos

Protocolo 'Quanto mais conseguirmos ter pessoas mobilizadas, mais estaremos a responder aos desafios que temos enquanto país', afirmou a ministra

ter pessoas mobilizadas, mais estaremos a responder aos desafios que temos enquanto país, de combate às desigualdades, apoio às famílias, resposta ao envelhecimento e, acima de tudo, de valorização do trabalho digno como elemento essencial da valorização da pessoa humana".

Deixou, por isso, um apelo e voto de confiança aos representantes das organizações representativas do setor social e solidário: "Saibamos fazer de cada um dos trabalhadores do setor social um trabalhador valorizado e que sente que a sua vida faz sentido".

O protocolo foi assinado em Coimbra, na presença da ministra Ana Mendes Godinho, secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional, Miguel Cabrita, presidente do conselho diretivo da ANQEP, Filipa Henrique de Jesus, e vice-presidente do IEFP, António Leite. Em representação do setor social e solidário, estiveram Manuel de Lemos e José Rabaça, da União das Misericórdias Portuguesas, Lino Maia e Eleutério Alves, da Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade, Joaquim Pequicho, da Confecoop, Luís Alberto Silva e José Almeida, da União das Mutualidades Portuguesas.

Santo Tirso

Distinção pelo altruísmo na pandemia

A Misericórdia de Santo Tirso foi distinguida pelo "altruísmo e dedicação demonstrado no trabalho voluntário durante o combate à pandemia da Covid-19", no dia 7 de fevereiro. A distinção foi atribuída pela Câmara Municipal na cerimónia de apresentação do banco de voluntariado do município. O evento decorreu na Fábrica de Santo Thyrso com a presença de várias entidades e cidadãos do concelho que foram reconhecidos. Numa nota, a instituição referiu que os "voluntários são a força motriz de causas nobres e de quem dela beneficia".

Viseu

Homenagem a benfeitores e provedores

No final de 2021, o museu da Santa Casa de Viseu organizou uma homenagem aos benfeitores e provedores da instituição, no âmbito da comemoração do Dia da Misericórdia. A sessão aconteceu no dia 27 de dezembro, após a realização da assembleia geral, e foi considerada um "momento muito significativo" pelo presidente da assembleia geral, Figueiredo Lopes. Na sala reconfigurada, foi ainda possível ver os retratos dos provedores desde 1957 até à atualidade, a par de documentação que preserva a memória de marcos fundamentais de 500 anos de história.

Novas habitações sociais estarão prontas em 2024

Com apoio do IHRU, a Misericórdia de Beja vai construir 40 habitações sociais, num investimento de quatro milhões de euros

TEXTO **CARLOS PINTO**

Beja A Santa Casa da Misericórdia de Beja vai avançar com a construção de 40 novas habitações sociais nesta cidade alentejana, num investimento avaliado em cerca de quatro milhões de euros, que deve estar concluído em 2024.

Segundo adianta o provedor João Paulo Ramôa, este projeto integra a Estratégia Local de Habitação (ELH) de Beja, promovida pela Câmara Municipal e que tem a Santa Casa como entidade parceira. A ELH de Beja prevê um investimento total de quase 29 milhões de euros, contratualizado no início deste ano de 2022 com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e que será financiado ao abrigo do "1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação", lançado pelo governo.

Enquanto a autarquia vai recuperar 162 frações de habitação social municipal e 60 fogos na cidade e nas freguesias rurais, além de construir 84 fogos para arrendamento em regime de renda apoiada e acessível e reabilitar 22 casas propriedade de famílias vulneráveis, a Misericórdia de Beja prevê a construção de 40 habitações sociais e a recuperação de 17 casas.

"Entendemos que esta seria uma oportunidade de ampliarmos o nosso parque habitacional social, porque também sentimos muitas solicitações para habitação", justifica ao VM o provedor, lembrando que a Misericórdia de Beja possui, neste momento, "60 habitações sociais".

Além das 40 novas casas, a Santa Casa da Misericórdia de Beja vai ainda retirar coberturas em fibrocimento de 17 habitações

"Apesar de dar ideia que 60 habitações são muitas, não são. Porque às vezes entregamos uma habitação e depois as pessoas ocupam-nas por 30, 40 ou 50 anos. Ou seja, rapidamente se esgota a disponibilidade e, neste momento, não temos uma única habitação social disponível face às necessidades para as quais somos solicitados", observa João Paulo Ramôa.

Perante esta realidade, a Misericórdia vai avançar com a construção de 40 habitações sociais numa parcela de terreno de que é proprietária no Bairro dos Moinhos, na zona noroeste da cidade, num investimento estimado de quatro milhões de euros e que poderá vir a ser financiado "a 100%", em função da execução e dos fundos disponíveis no âmbito do programa "1.º Direito".

O projeto da Misericórdia de Beja prevê a construção de 24 habitações de tipologia T1 e mais 16 T2. "Serão duas bandas de habitação, com rés-de-chão e primeiro andar", explica João Paulo Ramôa, adiantando que a empreitada deve avançar "em 2023" e estar concluída "em 2024".

"Já temos os projetos de arquitetura aprovados e dentro de um mês teremos os projetos de especialidade. Depois é lançar concurso e fazer a adjudicação, pois temos de cumprir com as regras da contratação pública a 100%", acrescenta o provedor.

A par dos trabalhos de construção, a instituição está a desenvolver o regulamento que vai definir os critérios para a atribuição das novas habitações sociais.

"Temos a intenção de não transformar o projeto num bairro claramente marcado por um determinado tipo de conceito, mas ter lá casais, idosos e jovens. Ou seja, queremos ter um espaço que seja o mais multicultural e multigeracional possível, para não transformar aquilo em blocos com marcas geracionais ou sociais. Queremos ter ali uma população o mais heterogénea possível", sublinha João Paulo Ramôa.

A população migrante será outra das beneficiadas pelas novas habitações sociais da Santa Casa. "Em Portugal há variadíssimas instituições que dão resposta na alimentação e no vestuário, mas na habitação não. E se observarmos bem, mesmo na integração de imigrantes, a dificuldade que as pessoas têm é na habitação", diz.

Por tudo isto, João Paulo Ramôa reconhece que as novas 40 habitações sociais "serão uma pequena gota no oceano" face a todas as necessidades existentes. "Por isso mesmo, queremos que fiquem bem definidas as regras pelas quais vamos distribuir as casas, porque temos de o fazer com muito critério", frisa.

Além da construção de novas habitações sociais, a Misericórdia de Beja vai igualmente "retirar fibrocimento de 17 casas" sua propriedade, "construídas nas décadas de 70 e 80" do século XX e "que utilizavam esses materiais". "Pensamos fazer essa operação em 2023", conclui João Paulo Ramôa.

‘Votar traz um grande sentimento de liberdade’

Em Bragança, mais de 40 utentes exerceram o seu direito de voto, em dia de sufrágio antecipado para as eleições legislativas

TEXTO **DANIELA PARENTE**

Legislativas Independentemente da idade ou da condição em que se encontram, os idosos reconhecem a importância do sufrágio

Bragança Podia ser mais uma terça-feira igual a tantas outras nas serranias transmontanas. A tarde começava soalheira, antes da descida abrupta das temperaturas que anunciava o anoitecer. Mas, dentro da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, a tarde começava de forma bastante diferente para os utentes, que iriam cumprir um dos mais nobres compromissos de cidadania.

Cá fora, não se ouviam caravanas nem megafones, nem bombos ou arruadas, ao contrário daquilo que se passava pelas restantes urbes por esse Portugal fora, antes das eleições legislativas do dia 30 de janeiro.

Mas, à falta de manifestações políticas e cores partidárias, os 48 utentes da Misericórdia de Bragança que optaram por votar antecipadamente no dia 25 de janeiro já sabiam “onde meter a cruz”, para ditarem a constituição de um novo governo que, quem sabe, trará um novo rumo para os territórios do interior.

Canetas, máscaras, luvas e gel desinfetante. Estava completo o "kit" de proteção individual que a equipa da Câmara Municipal de Bragança levou consigo, na visita que realizou à Misericórdia local.

Lá dentro, numa secção de voto improvisada, os utentes seguiam ordeiramente para a mesa composta pelos membros que salvaguardavam o decorrer daquelas eleições antecipadas. Após entregarem os documentos pessoais, seguiam calmamente, quase de forma reflexiva, para a cabine de voto onde iam exercer o seu direito. Depois do boletim descarregado na urna, sentia-se no ar e no rosto dos utentes o sentimento de dever cumprido.

Independentemente da idade ou da condição em que se encontram, os idosos reconhecem a importância do sufrágio. É o caso de Ana Nogueira que, com 81 anos, considera o voto uma garantia de um futuro melhor.

“Somos cidadãos e devemos votar para o bem do nosso país, mas principalmente para garantirmos um futuro melhor para as próximas gerações”, explicou a octogenária.

Em dia de voto antecipado na Misericórdia de Bragança, recorda-se que as mulheres só tiveram direito de voto universal nas primeiras eleições após o 25 de Abril, em 1975. Ao contrário dos homens, que desde 1945 podiam votar mesmo se analfabetos, elas só tinham acesso às urnas com o equivalente ao curso de liceu (o que é hoje a escolaridade mínima obrigatória) ou se fossem "chefes de família" (por viuvez ou marido ausente).

“Desde que pude, sempre votei. Recordo-me das primeiras eleições em que as mulheres conseguiram votar. Foi um alívio e um verdadeiro sentimento de liberdade como nunca antes vivenciámos”, recordou Ana Nogueira.

Apesar de ser do sexo oposto, e com outras regalias e liberdades durante o período ditatorial do país, Ângelo Fernandes, utente da Misericórdia de Bragança há três anos, discordava do facto de as mulheres não terem permissão para votar até à queda do regime.

“Não achava bem as mulheres não votarem. Devíamos ter igualdade para todos, sendo homem ou mulher. Depois do 25 de Abril foi tudo muito melhor”, disse Ângelo Fernandes.

Agora, com 85 anos, exerceu também o seu direito de voto no dia 25 de janeiro, considerando “uma obrigação” para um futuro melhor.

Depois de discutida a questão da igualdade de género em relação ao sufrágio no pós-25 de Abril, outros utentes recordaram, ainda, a tradição nos dias das eleições pelas aldeias do interior transmontano, sendo quase “um dia sagrado” e respeitado pelas famílias que, mesmo sem grande informação sobre a atualidade política da época, honravam a democracia e o poder que o voto tinha.

“Quando o meu marido era vivo e as minhas filhas moravam connosco, recordo-me que íamos à missa ao domingo, vínhamos almoçar, limpávamos a cozinha, vestíamos uma roupa melhor e íamos todos juntos votar. Era uma tradição”, recordou Alice Fernandes.

Aos 89 anos, Alice Fernandes não se deixa descurar no dia das eleições, reconhecendo-lhes a devida importância para o futuro. “Temos todos esta obrigação, porque quem não vota também não pode protestar com o estado do país”.

‘Devemos votar para o bem do nosso país, mas principalmente para garantirmos um futuro melhor para as próximas gerações’

Na Misericórdia de Bragança, que atualmente conta com mais de 140 utentes institucionalizados em lares, mais de um terço dos idosos se mostraram disponíveis e motivados para cumprir o dever cívico de votar.

“São pessoas que durante muitos anos não tiveram a possibilidade de votar e ainda vivem de alguma forma estes tempos eleitorais. Por isso é importante darmos-lhe essa oportunidade de votarem em segurança”, explicou Eleutério Alves, provedor da Misericórdia de Bragança.

O provedor da instituição brigantina referiu que, “apesar de institucionalizados”, os utentes estão a par da atualidade política do país e a política continua a ser um tema debatido dentro das paredes da Misericórdia.

“Para muitos deles a política passa pelo sentimento do dia-a-dia que eles têm. Se a sua vida está boa ou má associam sempre ao governo e a quem está em Lisboa a representar-nos”, disse Eleutério Alves.

Esta foi a terceira vez, na história da democracia, que os idosos em lares ou residências seniores aderiram ao voto antecipado, por se encontrarem em isolamento profilático ou confinados por força da pandemia de Covid-19.

Nova sede deverá estar pronta no próximo ano

Estimada em três milhões de euros, a empreitada tem financiamento do PARES e deverá estar concluída no próximo ano

TEXTO **FILIPE MENDES**

Fátima-Ourém A Santa Casa da Misericórdia Fátima-Ourém vai avançar este ano com a nova sede, uma obra de três milhões de euros, anunciou a provedora, Fernanda Rosa.

"Estamos a preparar o caderno de encargos para lançar o concurso público. Gostávamos de lançar o concurso até março e, no final de 2023, podermos estar a inaugurar a nova sede", afirmou Fernanda Rosa.

A nova sede vai ficar instalada na localidade de Moimento, num terreno de 4.000 metros quadrados comprado à Junta de Freguesia de Fátima pelo valor simbólico de 70 euros, adiantou a provedora.

"O projeto está aprovado pela Câmara há quase um ano e, em junho do ano passado, estávamos em condições de levantar a licença. Pedimos um adiamento por questões financeiras", explicou.

Instalada num espaço arrendado há mais de 30 anos, a sede atual tem algumas "limitações" em termos de estrutura física, reconhece a instituição. "Inicialmente destinado a residencial turística", o edifício encontra-se "desajustado às exigências e necessidades da população a que se destina a missão da Santa Casa – os grandes dependentes em razão da idade e da doença, em particular a demência", explica.

Fernanda Rosa esclareceu que a Misericórdia aguardava o resultado da candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) – 3ª Geração.

"Felizmente, fomos contemplados com um apoio do PARES de 1,1 milhões de euros", declarou, referindo que a verba restante será obtida com recurso à banca, além de que "o Município de Ourém já garantiu apoio financeiro até ao máximo de 250 mil euros".

Segundo Fernanda Rosa, a Santa Casa está "sempre à procura de outras alternativas de financiamento do Estado", dando como exemplo o Plano de Recuperação e Resiliência, e pretende fazer "iniciativas de angariação de fundos, junto da comunidade e de beneméritos".

"Apesar de não termos garantidos os três milhões de euros, vamos avançar, esperando que a comunidade, de alguma forma, se envolva neste projeto e reconheça a utilidade pública do mesmo", realçou.

A provedora destacou que a Misericórdia Fátima-Ourém "continua a receber pessoas com dificuldades económicas às quais não pode virar as costas" e notou que a instituição nasceu "para a grande dependência, por isso é que a população do lar é muito dependente do ponto de vista físico e mental, nomeadamente os doentes de Alzheimer".

A Misericórdia tem as valências de lar, centro de convívio, apoio domiciliário (com teleassistência), gabinete de apoio ao familiar e doente de Alzheimer (centro de dia, apoio psicossocial, formação para cuidadores e comunidade, e serviço GPS) e banco de ajudas técnicas.

A nova sede vai concentrar todas as valências no mesmo espaço, com exceção do centro de dia para doentes de Alzheimer, cuja parceria com a Paróquia de Fátima é para manter, referiu Fernanda Rosa.

Atualmente, no lar estão 39 utentes, no serviço de apoio domiciliário entre 20 e 25, e o gabinete de apoio ao familiar e doente de Alzheimer acompanha 35 pessoas, entre utentes e cuidadores.

O centro de convívio, com capacidade para 15 utentes, funciona de forma condicionada devido à pandemia de Covid-19.

Entretanto, a Misericórdia viu aprovada uma candidatura ao Portugal Inovação Social para complementar o serviço de apoio domiciliário com resposta ao nível das terapias ocupacionais e fisioterapia. "O objetivo é prolongar a permanência dos utentes em sua casa, com proteção, segurança e apoio", disse a provedora.

Com 36 funcionários e avenças com mais três profissionais, a Santa Casa da Misericórdia nasceu em 2006. VM

Instalada num espaço arrendado há mais de 30 anos, a sede atual da Santa Casa tem algumas limitações em termos de estrutura física

REFLEXÕES SOBRE SAÚDE

DJAMILA SANTOS
Farmacêutica da UMP

As alergias que chegam com a primavera

A primavera não respeita calendários oficiais e já está a dar os primeiros passos no jardim, mas com ela surgem as temidas alergias, causadas pelo pólen que circula no ar e que ameaçam estragar uma das estações mais bonitas do ano e a poesia se desvanece no ar.

Nos últimos anos, devido às alterações climáticas, as plantas têm recebido doses extras de calor e dióxido de carbono, o que tem aumentado a produção da flora, resultando em mais pólenes a flutuar no ar. Os pólenes e fungos são os alergénios mais importantes do ambiente exterior que podem induzir sintomas de doença alérgica.

Neste contexto, destacamos a indesejável rinite alérgica, uma das doenças crónicas com elevada prevalência em todos os grupos etários. A nível mundial, estima-se que atinja cerca de 10% a 20% da população mundial. Associa-se frequentemente à conjuntivite, à rinossinusite e à asma. Quando não tratada e/ou não controlada, contribui para a maior gravidade e perda de controlo da asma. No entanto, é frequentemente subdiagnosticada e subtratada.

O diagnóstico e o tratamento precoces da rinite poderão controlar a doença, prevenir as suas comorbilidades e reduzir os seus custos totais, particularmente os indiretos.

Clinicamente, a rinite alérgica define-se como uma doença nasal sintomática caracterizada por uma inflamação mediada pela IgE (imunoglobulinas do tipo E) das membranas mucosas do nariz e ocorre quando o sistema imunitário identifica os alergénios como intrusos e tenta combatê-los através da libertação de várias substâncias químicas, uma das quais a histamina. Numa fase inicial, a histamina é o elemento mais importante de defesa contra os alergénios. E é a substância que provoca a maioria dos sintomas alérgicos, caracterizados por crises de espirros, congestão e obstrução nasal e corrimento aquoso, sendo que a comichão nasal é muito frequente, podendo também envolver a garganta, ouvidos e olhos.

Atualmente, os testes cutâneos de alergia e/ou as IgE específicas no sangue (análises para alergia) permitem identificar, na maioria das vezes, os alergénios causadores de rinite alérgica.

Segundo a atual classificação da Sociedade Portuguesa de Alergologia e atendendo à frequência de sintomas após a exposição a alergénios (como os ácaros, fungos, pólenes, fâneros de animais, entre outros), a rinite alérgica pode designar-se por rinite alérgica intermitente, manifestando-se em doentes que apresentam sintomas apenas em algumas épocas do ano, sendo que os pólenes e alguns fungos são as causas mais frequentes deste tipo de doença alérgica. A duração e intensidade dos sintomas dependem dos ciclos de polinização específicos e sofrem variações regionais que podem ser importantes. Nestes doentes a rinite é frequentemente acompanhada de conjuntivite, sendo caracterizada também por olho vermelho, lacrimejo, comichão e por vezes sensação de corpo estranho.

Nas situações em que a sintomatologia persiste ao longo de todo o ano, designa-se por rinite alérgica persistente. Não obstante da exposição aos alergénios do ambiente exterior, os alergénios do ambiente doméstico como, por exemplo, os ácaros, são a causa mais importante de sintomatologia persistente.

Neste contexto, a gestão clínica da rinite alérgica assume um papel fulcral, através da adoção de medidas de evicção dos alergénios que permitem alguma proteção e a minimização de sintomas através do tratamento farmacológico, permitindo ao doente a manutenção de uma vida normal.

No tratamento farmacológico, existe um arsenal terapêutico de fármacos de primeira linha, nomeadamente a medicação tópica nasal (anti-histamínicos, descongestionantes e corticoides intranasais) e sob a forma oral, os anti-histamínicos não sedativos (com maior potência no controlo dos sintomas alérgicos). De salientar também a imunoterapia específica com alergénios, nomeadamente as vacinas antialérgicas que têm uma enorme eficácia desde que instituídas corretamente e sob vigilância estrita da imunoalergologia.

A primavera está a chegar. Por favor, desfrute, respire...que a poesia está no ar. VM

Sangalhos

Alertar para o desperdício de alimentos

A Misericórdia de Sangalhos promoveu recentemente uma formação sobre desperdício alimentar no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social. A sessão foi orientada pela nutricionista da unidade de cuidados continuados de Anadia, Cecília Soares, e pelas estagiárias Ana Rodrigues e Madalena Azaruja. Segundo nota informativa, o objetivo foi alertar para o lixo produzido nas casas dos portugueses e partilhar estratégias de aproveitamento dos bens alimentares.

Viana do Alentejo

Homenagear profissionais no ano novo

Em 2021, a mesa administrativa da Misericórdia de Viana do Alentejo decidiu passar a noite de ano novo com a equipa que esteve de serviço na estrutura residencial para idosos do Rossio. Em representação da mesa esteve o secretário José Caetano Silva. Segundo nota informativa, o objetivo deste gesto foi prestar uma homenagem aos "profissionais que, como tantos outros, estão longe dos seus familiares e amigos nas épocas festivas". Na nota publicada, a mesa administrativa lembrou ainda que as "pessoas são o mais importante que as instituições têm".

Bandeira portuguesa para distinguir ministra

Misericórdia de Pernes entregou à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social uma tapeçaria com 14 metros quadrados

TEXTO **FILIPE MENDES**

Pernes A Santa Casa da Misericórdia de Pernes entregou, no passado dia 12 de janeiro, à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social uma tapeçaria com 14 metros quadrados, simbolizando as 14 obras de misericórdia, com o desenho da bandeira portuguesa, feita com a participação de 300 pessoas.

No âmbito do projeto "Misericórdia de Pernes com Portugal neste Natal", realizado pelo quarto ano consecutivo, utentes, colaboradores, voluntários e membros da Mesa Administrativa colaboraram na elaboração da tapeçaria, este ano entregue a Ana Mendes Godinho, escolhida como a individualidade do ano na área da solidariedade.

"O nosso lema é cuidar com bondade" e é a necessidade que nos conduz à ação, para, acima de tudo, construir para os outros", afirmou, na cerimónia, o provedor da instituição, João Maia Frazão.

"Esta instituição tem vindo a desenvolver o projeto 'Misericórdia de Pernes com Portugal neste Natal', unindo, em trabalho conjunto, utentes, colaboradores, voluntários e membros da Mesa Administrativa, dando cumprimento ao objetivo do projeto, que é o de reconhecer aqueles que se alinham com o nosso caminho de misericórdia, justo, humano e positivo", disse ainda.

Maia Frazão deixou uma palavra de reconhecimento a todos aqueles que contribuíram, de uma forma ou de outra, "para a concretização desta atividade, marcando-a na vida da Misericórdia e na vida das pessoas que connosco estão e que reconhecem a nossa missão e responsabilidade em servir".

"A Santa Casa da Misericórdia de Pernes, com mais de quatro séculos de existência ao serviço dos pobres e desvalidos, perdura, numa corrente de solidariedade humana, que se perpetua através da concretização das obras de misericórdia e da valorização da própria terra", afirmou.

Nesse sentido, o responsável anunciou que está em curso um projeto habitacional "indispensável no combate à desertificação e na criação de uma bolsa para eventual seleção de recursos humanos, aproveitando assim as sinergias das entidades, serviços e instituições da comunidade".

"Vamos criar um espaço em que possamos edificar novas habitações para fixar novas famílias na comunidade. A Misericórdia tem esta missão de ajudar a desenvolver a comunidade. Já temos terreno e projeto e, agora, queremos promover a dinamização do espaço que temos para fixar famílias. Estamos empenhados para que esta seja, rapidamente, uma realidade", revelou.

Para Ana Mendes Godinho, as Misericórdias do país têm dado "um exemplo extraordinário ao mundo": "Estes momentos têm-nos mostrado que somos mesmo um país de impossíveis", afirmou a governante.

"As Misericórdias estão a dar o exemplo ao mundo porque, em plena pandemia, a par da emergência, estão a trabalhar naquilo que é estrutural. E o investimento estrutural não pode ser paralisado por causa da pandemia. No meio de toda a dificuldade e desafios que temos vivido, o setor social tem estado na linha da frente do investimento e continua a ser o motor do desenvolvimento do território", afirmou.

"Só posso agradecer a todos estes heróis que estão a fazer acontecer estes impossíveis no terreno", frisou a ministra.

"Temos vivido tempos, coletivamente, muito exigentes e muito difíceis, mas que temos conseguido ultrapassar, sobretudo graças às heroínas e heróis anónimos que estão, dia-a-dia, ao serviço das pessoas. E vemos isso pelo número de pessoas que têm estado, ao longo destes últimos meses, nas várias respostas sociais de todas as instituições do setor social a responder a quem precisa, onde precisa e quando precisa, colocando a vida dos outros à frente da sua própria vida", constatou, frisando que a sua presença nesta cerimónia em Pernes, é "também uma forma de agradecer profundamente a quem está nestes serviços".

A governante recordou que "foi graças ao setor social que Portugal conseguiu ser dos únicos países do mundo em que, em nenhum lar, as pessoas foram abandonadas", sendo isso demonstrativo de uma "grande capacidade de resposta em situação de emergência".

Ana Mendes Godinho também manifestou a sua convicção neste setor como "o grande motor de resposta ao momento que estamos a viver". É também o setor "que vai executar melhor os fundos que temos à nossa disposição", afiançou, salientando que nos próximos anos será feito um investimento "massivo" de recursos públicos, nomeadamente com verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

"Serei sempre a bandeira ao vosso serviço e cá estaremos, sem nunca baixar os braços", concluiu.

Nos anos anteriores, a bandeira foi atribuída ao Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, ao secretário-geral da ONU, António Guterres, e ao futebolista Cristiano Ronaldo. VM

SUPER Dias Mercedes-Benz Vans Usadas.

No mês de Abril, a Carclasse preparou uma seleção de veículos comerciais ligeiros usados, especialmente para si.

Conheça online todo o stock disponível em usados.carclasse.pt, e aproveite ainda as seguintes condições:

Garantia de 2 anos pela Marca*

Oferta de uma Manutenção Programada**

Oferta de um depósito cheio**

Contact Center
808 200 808

*Imagens não contratuais. Campanha válida até 30 de Abril de 2021 e/ou limitada ao stock existente.
*Condições válidas para todas as viaturas elegíveis na campanha. **Ofertas válidas para financiamento com juros, com financeiras protocoladas com a Carclasse para esta campanha. Não inclui peças de desgaste.

Carclasse

Braga - Barcelos - Famalicão - Viana do Castelo - Guimarães - Lisboa - **www.carclasse.pt - info@carclasse.pt**

Bolachas para ativar memória e comunicação

Terapia O objetivo deste ateliê é desenvolver a memória e também promover convívios e laços de amizade

Na UCC de São João da Madeira, o dia dos namorados foi celebrado com um ateliê para estimular a memória e a comunicação

TEXTO **PAULO SÉRGIO GONÇALVES**

São João da Madeira Celebra-se a 14 de fevereiro o dia dos namorados, dia de São Valentim. Em Portugal, a data é assinalada de várias formas. Os presentes mais comuns são as flores, caixas de bombons, perfumes e uma escapadinha romântica. Mas há quem aproveite para mostrar os seus dotes de culinária. Foi o que fizeram oito utentes da unidade de cuidados continuados (UCC) de longa duração da Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira.

De touca e luvas descartáveis, como bons pasteleiros que se prezem, começaram por "Pôr as mãos na massa", nome do ateliê de culinária proposto para confecionar bolachas de chocolate para a sobremesa do almoço.

A massa veio preparada de casa da animadora sociocultural Ana Silva, "para facilitar a vida" aos "pasteleiros", contou ao Voz das Misericórdias (VM). Açúcar, manteiga, um ovo, farinha e chocolate são os ingredientes que enchem o molde em forma de coração que cada utente segura na mão.

Os rostos, embora tapados pelas máscaras, irradiam felicidade, soltando-se cantigas como "eu tenho dois amores...", enquanto as mãos rugosas de uma vida de trabalho colocam num dos tabuleiros os corações de amor que vão ficando prontos.

"É sempre um motivo de festa qualquer que seja a atividade", revela a animadora e dinamizadora desta iniciativa, lembrando que "a pandemia condicionou este tipo de ações e agora estamos a reconquistar esses hábitos".

A diretora técnica, Natália Loureiro, reforça que "as famílias estão muito distantes e estes encontros, mesmo de forma limitada, servem para estimular o convívio e manter estas pessoas ativas e felizes".

Amorim Tavares, 70 anos, solta uma gargalhada quando o abordamos para falar com o VM e confessa que nunca teve jeito para a cozinha, "mas o importante é estar ocupado. As horas, assim, custam menos a passar".

Ao lado, está sentada Natividade Silva, 79 anos, que sempre gostou de cozinhar, mas adverte: "só fazia comida saudável, raramente fazia bolos e docinhos", diz satisfeita.

A ativação da memória e a comunicação que se gera nestes convívios são muito importantes para os utentes, lembra a terapeuta ocupacional, Bárbara Maria. "Os laços da partilha e da amizade têm sido muito afetados nestes últimos dois anos, provocando retrocessos enormes ao nível das patologias que cada um enfrenta", sustenta.

E mesmo a terminar esta reportagem, fomos alertados que alguém no grupo sabia fazer fogaça, o famoso pão doce de Santa Maria da Feira. Madalena Santos, natural desse concelho, teve uma vida ligada à produção deste afamado doce. "Tinha uma pastelaria familiar na freguesia de Mozelos", conta, garantindo que "a massa era mais mole do que esta dos corações, e o sabor... huumm", atira, provocando risada geral.

Em simultâneo, nas paredes da sala onde decorreu este ateliê, foram colocados corações pintados previamente pelos "artistas pasteleiros". "Meu coração, minha casa" foi o mote desta exposição.

Mortágua

Donativo que veio desde o Luxemburgo

A Misericórdia de Mortágua recebeu uma doação de equipamento geriátrico (21 andarilhos e 11 cadeiras de rodas) de um benemérito a residir no Luxemburgo. Numa nota de agradecimento, publicada na página de Facebook, o provedor Vítor Fernandes manifestou um "enorme sentimento de gratidão" pelo gesto solidário que permitirá dar "melhor qualidade de vida aos utentes". O reconhecimento estendeu-se à empresa de transportes "Carlos e César" que transportou gratuitamente todo o material do Luxemburgo até Mortágua.

Marvão

Jogos físicos para assinalar Dia do Riso

A Santa Casa da Misericórdia de Marvão assinalou o Dia Internacional do Riso, no dia 18 de janeiro, com atividades de animação e exercício físico dirigidas aos utentes da estrutura residencial. Organizados em círculo, o grupo de seniores participou em jogos com bolas coloridas, tecidos coloridos e adereços alusivos à data. Tudo com o objetivo de arrancar sorrisos aos idosos e proporcionar momentos de descontração e bem-estar.

IKEA doa cozinha para lar da UMP

Donativo O Lar Dr. Virgílio Lopes, da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), tem uma nova copa de apoio a refeições, doada no início de fevereiro pela loja IKEA Alfragide. A doação surgiu na sequência de um contacto do Gabinete dos Equipamentos Anexos da UMP com o objetivo de melhorar as condições de trabalho da equipa e a qualidade de vida dos residentes do lar.

Segundo a responsável pelo Gabinete dos Equipamentos Anexos da UMP, a mais valia deste tipo de parcerias, além da melhoria imediata das condições de trabalho e bem-estar dos utentes e colaboradores, incide na partilha de experiências e diálogo com a comunidade. "Permite partilhar experiências, conhecer novas realidades, estreitar relações e identificar com a missão, melhorar as condições de trabalho, no caso desta intervenção, e consequentemente melhorar a qualidade de vida dos utentes", revelou Nádia Marques.

Durante a montagem dos módulos, a responsável pela área de sustentabilidade social da loja IKEA Alfragide, intermediária no processo, enquadrou esta ação pontual na política de responsabilidade social da empresa sueca. "A nossa política de responsabilidade social abrange varias áreas e populações, onde se incluem idosos, crianças, vítimas de violência doméstica e migrantes. A responsabilidade social faz parte do nosso ADN porque o nosso fundador tinha noção que para a empresa funcionar bem tinha de cuidar dos colaboradores e preocupar-se com o impacto no planeta e na sociedade".

Neste caso, a copa de apoio a refeições, onde são preparados pequenos-almoços, lanches e ceias, estava em exposição na loja IKEA Alfragide e ganhou desta forma nova vida no âmbito de um objetivo definido até 2030 se tornar numa "empresa circular" que aposta na produção sustentável, reutilização de artigos em segunda mão e parcerias com terceiros. "São artigos novos, em perfeitas condições, que estavam em exposição na loja", adianta Mafalda Linhol.

O Lar Dr. Virgílio Lopes, fundado em 1985, está localizado na frente ribeirinha de Lisboa e tem capacidade para acolher 54 pessoas.

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Assegurar a existência de jornal centenário

Para evitar o fim do jornal 'João Semana', a Misericórdia de Ovar assumiu a gestão deste periódico dedicado ao concelho

TEXTO **PAULO SÉRGIO GONÇALVES**

Ovar Um jornal é uma realidade viva. Um jornal é uma parte viva da língua. O surgimento da imprensa foi uma das primeiras revoluções tecnológicas que tiveram lugar no mundo moderno. Constitui por isso um património histórico que deve ser preservado. Foi com esse intuito que a Santa Casa da Misercórdia de Ovar aceitou o repto de diversas forças vivas da cidade para adquirir a propriedade do jornal centenário "João Semana".

A 15 de março de 2021, foi publicado o último número deste quinzenário, propriedade da Fábrica da Igreja de Ovar, que até novembro de 2020 foi coordenado pelo padre Manuel Bastos, que viria a falecer vítima de Covid-19.

Um novo padre veio para a paróquia – Vítor Pacheco. Assumiu a direção do jornal, mas desde logo alertou para as dificuldades financeiras e encargos que o periódico acarretava. Não demorou muito a surgir uma decisão da fabriqueira que a todos deixou tristes: "Tomaram a decisão de acabar com o jornal", contou Álvaro Silva, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ovar, ao VM. "Foi um choque para a comunidade que gostava do jornal".

Após a "morte" anunciada, foram encetadas diligências junto da Misericórdia, na tentativa de assumir os destinos do jornal. Sensível ao apelo, a Mesa Administrativa reuniu por diversas vezes para debater o assunto, mas visto tratar-se de encargos elevados, houve muita ponderação.

Foram feitas algumas contas e, embora continuem no vermelho, o deficit é substancialmente menor que na anterior gestão. "Temos algumas sinergias que não existiam e vão ajudar, os serviços administrativos estão montados, podendo dizer-se que é mais uma valência criada", explicou o provedor.

Álvaro Silva aproveitou para dizer que também há aspetos positivos, desde logo, tratando-se da instituição mais importante do concelho. "Não podemos estar alheios à comunidade que sentiu a falta do jornal. Embora esta não seja bem a nossa missão, que está expressa nas obras de misericórdia e nelas não consta nenhum jornal, as obras de misericórdia modernas podem também incluir esta ligação mais forte à comunidade, através dos temas sociais e culturais", ressalvou.

Em agosto de 2021 foi então consumada a aquisição do titulo "João Semana" à paróquia por um "valor simbólico". Foi contratada uma jornalista a tempo inteiro, iniciando-se o trabalho para o "novo" quinzenário. "Uma das preocupações foi não prolongar no tempo o afastamento das pessoas ao jornal, por isso, havia que publicar uma edição antes do final de 2021", frisou o provedor.

O objetivo foi alcançado e com "cara lavada", novo grafismo e totalmente a cores, o "João Semana" voltou para as mãos dos cerca de 800 assinantes e leitores. "O primeiro impacto foi muito positivo, o que nos deixa satisfeitos e motivados para prosseguir com este desafio", assegurou Álvaro Silva.

O jornal continuará a ter o seu foco quase exclusivamente no concelho de Ovar, podendo, naturalmente, incluir notícias do trabalho desenvolvido pela Misericórdia, embora Álvaro Silva faça questão de assegurar que "este não é um jornal da Misericórdia, mas sim, propriedade da instituição, o que é diferente. Vamos dar ênfase à cultura, à vertente social, estar mais atentos aos problemas e ambições da população, às atividades das coletividades e a tudo o que mexe com a vida das pessoas", garantiu.

Neste momento está a ser atualizado o ficheiro dos assinantes, que era muito antigo. Após este trabalho, todos os assinantes vão passar a receber o jornal também em formato digital, sem mais custos, "para que o periódico chegue a tempo e horas e não aconteçam os atrasos agora verificados pelos CTT", lamentou o provedor.

Atualmente a edição é composta por oito páginas, mas a intenção é aumentar para doze a muito curto prazo.

Álvaro Silva afirmou ainda que vários colaboradores do jornal vão continuar a dar o seu contributo, "porque são uma mais-valia pela capacidade que têm e pelo conhecimento da realidade vareira".

O processo não será estanque, estando a administração a avaliar o que pode ser melhorado para que este jornal continue a ser uma referência.

CARLOS JOSÉ BATALHÃO
Advogado especialista em Direito Administrativo

A profissionalização na contratação pública e o gestor do contrato

O "gestor do contrato" apareceu de forma "minimalista" e com regime "simplex" no Código dos Contratos Públicos (CCP) após a revisão de 2017, que aditou o artigo 290º-A ao Código, o qual mereceu recentemente importante suprimento (pela Lei nº 30/2021, de 21 de maio).

Esta figura surge na contratação pública, pelo menos enquanto personagem ativa, na fase de execução contratual, embora a sua designação deva ser equacionada muito antes ou, pelo menos, aquando da celebração do contrato, pois constitui seu elemento essencial, conforme o conteúdo obrigatório do contrato assumido pelo legislador português no artigo 96º, nº 1, alínea i), do CCP (como decorre da parte final do nº 7 deste normativo legal, a sua identificação pode, até, ocorrer previamente, constando, por exemplo, no caderno de encargos). Importante é que a sua identificação conste até à celebração do contrato ou no contrato, e seja, obviamente, conhecida do cocontratante, sob pena de nulidade, conforme sanciona aquele nº 7 do artigo legal.

Ora, desde a sua génese legislativa se percebe que este ator pode ter importância decisiva na boa execução e gestão contratual (e de dinheiros públicos), tendo em conta a sua função de acompanhamento permanente daquela execução e deteção precoce e avisada de desvios e de patologias no cumprimento dos contratos. Realce-se, pode até ser relevante para defesa dos próprios cocontratantes, que podem arrepiar caminho e salvar o contrato, evitando designadamente resoluções sancionatórias e, consequentemente, o impedimento previsto na alínea l) do nº 1 do artigo 55º e a sanção de proibição de participação decorrente de incumprimento contratual consignada no artigo 464º-A do CCP.

Isto significa garantir pessoal experiente, qualificado e motivado, oferecendo-lhe formação e desenvolvimento profissional

Por isso, a sua escolha e designação deve encaixar devidamente no puzzle da contratação pública, lembrando, desde logo, que em outubro de 2017, a Comissão Europeia adotou uma recomendação sobre a profissionalização da contratação pública [a Recomendação (UE) 2017/1805 da Comissão, de 3 de outubro de 2017], exigindo cada vez mais aos players das compras públicas e uma "maximização da eficiência na utilização dos fundos públicos", o que passa por garantir que os "compradores públicos devem estar em condições de celebrar contratos públicos de acordo com as mais elevadas normas profissionais". Ora, para o efeito, diz a Comissão, é importante reforçar e apoiar o profissionalismo dos profissionais da contratação pública, entendido em sentido amplo, de modo a refletir a melhoria geral de toda a gama de conhecimentos e de competências profissionais e a experiência das pessoas que realizam as tarefas ligadas à contratação pública ou nelas participam.

Neste sentido, e no âmbito dos objetivos complementares definidos, determina que "aqueles que estão envolvidos na aquisição de bens, serviços e obras, bem como os auditores e os funcionários responsáveis pelo exame de processos relativos a concursos públicos, devem possuir as qualificações, a formação, as competências e a experiencia necessárias ao seu nível de responsabilidade. Isto significa garantir pessoal experiente, qualificado e motivado, oferecendo-lhe a necessária formação e desenvolvimento profissional contínuo, bem como desenvolver uma estrutura de carreira e incentivos para tornar atrativa a função de contratação pública e motivar os funcionários públicos a gerarem resultados estratégicos"; estas exigências quanto aos recursos humanos têm total aplicação ao gestor do contrato, nomeadamente à sua escolha e aos critérios que lhe subjazem aquando da respetiva designação.

É, ainda, necessário "disponibilizar ferramentas e metodologias de apoio à prática profissional em matéria de contratação pública: os profissionais no domínio dos contratos públicos devem estar equipados com as ferramentas e o apoio adequados para atuar de forma eficaz ... Isto significa garantir a disponibilidade de instrumentos e processos que assegurem práticas inteligentes em matéria de contratação pública".

Tudo, portanto, exigências que têm total aplicação ao gestor do contrato, na senda da tal profissionalização da contratação pública.

Donativo para reabilitar a farmácia

Nordeste A Misericórdia de Nordeste atribuiu a distinção de "irmão benemérito" ao médico e diretor da rede de laboratórios José Germano Rego de Sousa, como forma de reconhecimento pela oferta de cinquenta mil euros destinados à remodelação e ampliação da farmácia de Nordeste, a única existente na vila. A decisão, anunciada em fevereiro, surgiu na sequência de uma deliberação unânime da mesa administrativa, conforme previsto nos estatutos da instituição.

Segundo o provedor José Carlos Carreiro, a distinção visa agradecer o "gesto de benemerência do Dr. Germano de Sousa, uma referência na vila, que tem desde longa data uma relação de proximidade com a Santa Casa e por quem todos têm grande consideração e respeito". José Germano de Sousa é natural da vila do Nordeste, na ilha de São Miguel, e mantém ligações à terra onde nasceu, regressando todos os verões à casa que pertenceu aos avós, para umas "férias nordestenses" em família, como revela em entrevista ao Correio dos Açores.

Ao tomar conhecimento das limitações financeiras para avançar com a empreitada, o açoriano e antigo bastonário da Ordem dos Médicos "aceitou prontamente colaborar e surpreendeu a Santa Casa com um generoso donativo, que nos tempos que correm não é comum". De acordo com o responsável, a verba doada é um importante contributo para as obras de requalificação e ampliação da farmácia, que constitui a "única fonte de financiamento da Misericórdia".

Numa conjuntura marcada por dificuldades financeiras, José Carlos Carreiro valoriza a importância da solidariedade e entreajuda na comunidade. "Hoje, mais do que nunca, estes gestos são importantíssimos para estas instituições, que vivem muito da boa vontade de cidadãos como o Dr. Germano de Sousa".

No caso do Nordeste, à semelhança de outras congéneres, a benemerência foi determinante para a fundação da Misericórdia, em 1912, estando ligada a figuras como a de António Alves de Oliveira, primeiro provedor e proprietário do edifício que viria a ser convertido em hospital.

Ainda sem data definida, a cerimónia oficial para atribuição do grau de benemérito deverá decorrer nos meses de verão, durante o período de férias de Germano de Sousa.

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Publicação para dar voz a colaboradores e utentes

O novo projeto reúne entrevistas a colaboradores e histórias de vida de utentes da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova

TEXTO **VITALINO JOSÉ SANTOS**

Condeixa-a-Nova Em fase de pré-programação das comemorações do centenário da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova, que se verificará em 2026, a instituição decidiu, entretanto, homenagear todas as pessoas que têm contribuído para o seu desenvolvimento na comunidade local e que continuam a fazer história na Santa Casa, particularmente neste período de pandemia de Covid-19, através da obra "Histórias e Testemunhos de um trabalho invisível".

Publicada na época natalícia, a referida edição da Misericórdia de Condeixa-a-Nova, no distrito de Coimbra, tem subjacente a ideia de que a "memória é como um músculo, se for exercitada ganha força". Assim, na nota de abertura subscrita pelo provedor Manuel Branquinho dos Santos e pela Mesa Administrativa, lemos que a Santa Casa, principalmente nesta época pandémica e cheia de incertezas, tem sido "um refúgio que permitiu esbater as fronteiras do isolamento social e uma porta aberta à reinvenção das formas de cuidar dos outros".

Como é salientado no texto introdutório da publicação – coordenada pelo vice-provedor Miguel Pessoa, com recolha de textos de Carla Marcelino (junto dos utentes, em outubro de 2021) e fotografia de Francisco Pedro –, esta instituição "continua a ser um lugar de recriação, de descanso, de ensino proporcionador do desenvolvimento integral das crianças e de recuperação emocional".

Também enquanto "espaço de trabalho digno, onde, sobretudo a uma maioria de mulheres, são destinadas tarefas essenciais, para as quais se procura cada vez mais uma melhor compensação e reconhecimento do mérito", o provedor Manuel Branquinho e os demais elementos da Mesa Administrativa (o vice-provedor Miguel Pessoa, o tesoureiro Joaquim Simões, o secretário João Viais e Luís Oliveira, na qualidade de vogal) afirmam que são, no seu contexto, "desenvolvidas ainda estratégias para que sejam cada vez mais esbatidas as relações de classe, de género, de credo ou da cor do nascimento".

"Quando uma parte das empresas e dos serviços públicos se encontravam encerrados", considerando os diversos estados de emergência e os períodos de confinamento impostos pelas circunstâncias pandémicas, "estiveram aqui em curso todas as tarefas relacionadas com os cuidados aos mais idosos, essenciais a quem ao longo de uma vida de trabalho não se privou de dar o seu contributo para o bem-estar dos seus e da sua comunidade", sublinham os dirigentes da Misericórdia de Condeixa-a-Nova, assumindo que a mesma instituição também foi "escola de acolhimento para que todos os profissionais da linha da frente continuassem o seu trabalho de forma a responder às exigências desta pandemia".

A obra "Histórias e testemunhos de um trabalho invisível" surge como uma manifestação de gratidão para "quem não teve e não tem descanso", destacando as pessoas "que cuidam de quem precisa, como sejam os profissionais de saúde, auxiliares de ação direta, trabalhadores das cozinhas, motoristas, fiéis de armazém e entregadores de comida, técnicos e administrativos, educadores e animadores, entre tantos outros".

"Um dos impulsos que nos levou a organizar esta publicação foi a noção de que existe uma desvalorização histórica dos cuidadores formais e informais, muitas vezes não remunerados, quando na esfera doméstica", frisam os atuais responsáveis da Misericórdia. "O outro [impulso] foi dar voz aos profissionais do setor dos cuidados aos idosos e de perceber um pouco melhor o trabalho profissional dos que cuidam das crianças", acentua o provedor Manuel Branquinho, evidenciando o alento da Mesa Administrativa na sua capacidade "de alcançar a superação de modelos que comportam formas de segregação e de sofrimento".

A capa da aludida publicação reproduz a pintura "Festa do Mar", de Manuel Filipe, e a contracapa evoca Fortunato de Carvalho Bandeira (1886-1961), que foi doador dos terrenos onde se encontram o Lar 1, o Lar 2 e o Lar 3 (da estrutura residencial para pessoas idosas), bem como a cozinha central e o centro de dia da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova, além de outros bens que permitiram "em boa parte" a sua construção.

Reconhecimento
A publicação surge como uma manifestação de gratidão para 'quem não teve e não tem descanso' para cuidar de quem precisa

Melgaço

‘Lado a lado’ distinguido pela CASES

A Misericórdia de Melgaço foi distinguida com uma menção honrosa do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio, no dia 4 de fevereiro. O projeto “Lado a Lado”, que apoia os idosos e familiares no seu domicílio com uma equipa multidisciplinar, foi uma das iniciativas agraciadas com uma menção honrosa na categoria “Inovação e Sustentabilidade”. A cerimónia pública de entrega dos prémios decorreu no Teatro Thália, em Lisboa, e contou com a presença da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho.

Resende

Utente da UCC volta a andar aos 85 anos

A reabilitação na unidade de cuidados continuados da Misericórdia de Resende é feita de pequenas vitórias. A mais recente, segundo nota publicada no Facebook, foi protagonizada por uma utente com 85 anos, que voltou a andar depois de quase dois anos acamada e a recuperar de uma fratura. Em apenas mês e meio, a utente conseguiu reaprender a andar e caminha agora com andarilho e supervisão da equipa. “Para nós é um orgulho imenso dar qualidade de vida aos nossos utentes”, partilhou com o VM a terapeuta ocupacional Juliana Cardoso.

Resposta de proximidade para os idosos

Redinha A Misericórdia da Redinha viu aprovada uma candidatura ao Programa de Parcerias para o Impacto, que visa desenvolver uma resposta de proximidade para as pessoas idosas em situação de isolamento social, a residir nas freguesias do concelho de Pombal.

Em nota informativa, a instituição mostra-se convicta de que o projeto “Proximidade representa um passo inigualável no que respeita à intervenção desenvolvida no processo de envelhecimento e na inclusão social das pessoas idosas”.

A intervenção de proximidade vai ser assegurada junto de 133 pessoas sinalizadas no concelho, com uma abordagem focada na capacitação e adaptação ao processo de envelhecimento, de forma a retardar as perdas de autonomia, bem como a promover o bem-estar e participação ativa dos utentes na sociedade.

No terreno, o apoio vai ser prestado por uma equipa multidisciplinar constituída por gerontóloga social, assistente social, psicóloga clínica, enfermeira, nutricionista, ajudante familiar e assistente administrativa.

O projeto conta com 24 investidores sociais, entre empresas, juntas de freguesia, o município de Pombal, Fundação Ageas – Agir com Coração e a COPOMBAL – Cooperativa Agrícola do Concelho de Pombal, e resulta de uma candidatura à tipologia 3.33 - Programa de Parcerias para o Impacto (Portugal Inovação Social), realizada em junho de 2021.

Os protocolos com estes investidores sociais vão ser assinados nos Paços da Câmara Municipal de Pombal, no dia 1 de fevereiro, data em que a equipa inicia funções.

Nos últimos anos, a Misericórdia da Redinha apostou em diversos projetos (Rede, (Con)viver) que alargaram o âmbito da sua intervenção junto da comunidade, em particular junto dos idosos em situação de isolamento social e geográfico, recorrendo a parcerias locais e candidaturas a financiamentos externos. Em curso, está ainda a L.U.I.S.A. – Unidade de Intervenção e Apoio no Luto, com término previsto a 31 de dezembro de 2022. VM

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Grupo Vitalino

Vitalino GRUPO VITALINO · Vitalmédica GRUPO VITALINO · Vitagnosis GRUPO VITALINO · Vitalcare GRUPO VITALINO · Vitalsénior GRUPO VITALINO

O seu Parceiro na área médico-hospitalar

O Grupo Vitalino comercializa equipamentos e consumíveis médicos e hospitalares, para unidades e profissionais de saúde e público em geral, apostando na melhoria contínua, assim como na distribuição de marcas conceituadas e assistência técnica própria. O Cliente usufrui de um parceiro de qualidade, especializado nas diferentes áreas médicas:

- Fisioterapia
- Ortopedia
- Acupuntura
- Emergência
- Medicina Desportiva
- Medicina no Trabalho
- Diagnóstico
- Cardiologia
- Pneumologia
- Podologia
- Estética
- Cuidados Seniores
- Desinfeção
- Assistência Técnica

Rua das Tulipas, 160 - 170 4510-679 Fânzeres (GDM) tel 22 466 48 80 fax 22 483 22 02 email geral@grupovitalino.pt web www.grupovitalino.pt

MoliCare®
Premium Elastic

HARTMANN

NOVO

Sistema de fixação Elástico

muda da fralda
20%
mais rápida*

6 níveis de absorção

Publicidade a Dispositivos Médicos. Leia cuidadosamente a rotulagem e as instruções de utilização.
* Die Ergonomy Experten, comparison of the application of conventional incontinence briefs with MoliCare Premium Elastic, Oct. 2015, Dijon, France.

PM MoliCare06/2020

Serviço ao Cliente
Tel. 219 409 920

www.hartmann.pt

Comunicação próxima e transparente

Vila Alva Em 2022, a Misericórdia de Vila Alva recebeu cerca de 5219 euros, no âmbito da campanha anual de consignação do IRS, relativa à submissão em 2021. A verba angariada resulta de uma estratégia de comunicação transparente, próxima e coerente, desenvolvida de forma presencial e nas plataformas digitais, com diferentes públicos que interagem com a instituição.

Segundo o diretor de serviços, Valter Santos, a verba angariada representa um "importante contributo financeiro, principalmente após um surto Covid-19 de grandes dimensões no último quadrimestre de 2021, e representa um reconhecimento oficial da sociedade civil em relação ao trabalho que temos desenvolvido".

A campanha de angariação de fundos decorre, todos os anos, de fevereiro a junho, com uma forte aposta nas redes sociais, através da publicação de fotografias e vídeos, onde participam muitas vezes os utentes e colaboradores das respostas sociais. Em 2021, o vídeo promocional contou com a participação especial do humorista Bruno Ferreira e a contribuição de familiares, fornecedores e outros parceiros.

O objetivo da iniciativa, segundo o responsável, é promover a "melhoria de serviços, a qualidade de vida dos utentes e as condições de trabalho da equipa". Em 2022, a verba angariada vai ser utilizada para atenuar as perdas que resultaram do surto de Covid, em 2021, decorrente da quebra nas receitas e admissão de utentes e do aumento das despesas, com a aquisição de material de proteção, cuidados de enfermagem e gestão de resíduos.

Desde 2015, o ano em que arrancou a campanha, a instituição já arrecadou uma quantia superior a 25 mil euros, registando um aumento gradual todos os anos, desde 950 no primeiro ano a cerca de 5200 no último.

Para Valter Santos, o sucesso da iniciativa resulta da forma "transparente e coerente" como é divulgada a aplicação dos montantes angariados. Nos restantes meses do ano, a instituição mantém a postura de abertura e a aposta nas plataformas digitais para aprofundar a relação de confiança e "proximidade com os pares, famílias e sociedade civil no seu todo". VM

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

'Somos todos Antónios, quase todos os dias'

Casa da Música e Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde juntaram-se para criar um espetáculo que dá voz aos jovens

TEXTO **VERA CAMPOS**

Vila do Conde Eu António/ Tu António/ Ele/a António. Nós António/ Vós António/ Eles/as António. Qualquer que seja o pronome pessoal, plural ou singular, masculino ou feminino, a verdade é que todos nós somos, por instantes ou momentos, António. Mas quem é o António?

O António era o "Funcionário do Mês". "O António estava concentrado nas suas tarefas. Tão concentrado que nem reparava nos colegas à sua volta. Não poderia ser de outra forma, pensava ele. O trabalho não se faz sozinho e muita gente depende dele. O que seria do mundo se ele não carimbasse a certidão com uma declaração de interrupção do período de carência de isenção de taxas moderadoras e imposto de selo? E se todas as faturas emitidas no portal das finanças não tivessem a sua cópia física, milimetricamente furada para entrar no dossiê devidamente assinalado com dados e hora no formato ISO, conforme os padrões internacionais?"

O "Funcionário do Mês" subiu ao palco do Auditório Municipal de Vila do Conde, a 13 e 16 de janeiro, interpretado por oito jovens da Casa da Criança, da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde e por uma equipa da Casa da Música. Uma atividade desenvolvida no âmbito do programa "Holograma", projeto de cariz comunitário e pedagógico através do qual a Casa da Música projeta a sua atividade nos territórios metropolitanos, descentraliza o trabalho que desenvolve através do seu serviço educativo e trabalha com grupos minoritários ou socialmente desfavorecidos a conceção de um espetáculo musical único. O Voz das Misericórdias assistiu na primeira fila e, no final, conversou com os participantes.

"Achei que não ia ser capaz, mas descobri que sou. Não me importava de repetir com outras pessoas". Nuno Neves, 19 anos, fala-nos de forma ofegante, mas visivelmente feliz. Esteve em palco, superou-se, venceu alguns medos. "Tenho que me libertar mais e esta experiência foi ótima para isso".

Dos 20 jovens institucionalizados na Casa da Criança, apenas oito quiseram participar. Não é de estranhar. "Estes jovens, por natureza, não são muito dados a manifestações de sentimentos. A ideia de estarem em palco, expostos, deixa-os desconfortáveis", conta o diretor Nuno Carvalho.

No entanto, o desafio foi aceite quando proposto pela Casa da Música. "Aceitámos porque acreditamos no impacto benéfico que este tipo de projeto tem nos jovens. A música é uma forma muito positiva de criar laços, de melhorar estados de ânimo e de reforçar a ligação entre pares", continua este responsável. O sucesso alcançado comprovou a estes jovens que vale a pena arriscar e sair da zona de conforto. "Estarem em cima do palco, com pessoas a vê-los e a aplaudir, dá-lhes muita autoconfiança e autoestima", explica Nuno Carvalho, que garante uma repercussão "enorme no seu dia-a-dia".

A pandemia condicionou os ensaios, limitou a forma de preparação, mas não impediu que fosse criada uma forte relação entre os elementos da Casa da Música e os jovens da Casa

Espetáculo O "Funcionário do Mês" subiu ao palco do Auditório Municipal de Vila do Conde, interpretado por oito jovens da Casa da Criança

da Criança. Óscar Rodrigues, responsável pela direção artística, resume em poucas palavras o que acabara de acontecer em palco. "Ouvimos esta comunidade e demos-lhe o microfone. Foi o que fizemos. O nosso papel é dar asas aos sonhos que têm".

Toda a história foi construída em conjunto. Recolheram ideias, ouviram histórias, partilharam técnicas criativas. No final, a conclusão: "Temos que nos libertar todos os dias de amarras, para viver a vida ao máximo e seguir os nossos sonhos". O maestro lembra que o refrão, escrito pelos jovens, é prova desse mesmo sentimento: segue os teus sonhos, deixa o passado para trás; nunca desistas, não deixes que nada te impeça; levanta a cabeça, vive a vida que queres viver.

Rui Maia, provedor da Misericórdia de Vila do Conde, sublinha que "dedicamo-nos excessivamente ao trabalho e esquecemo-nos do resto que a vida nos pode dar. Somos todos Antónios, quase todos os dias". Um espetáculo motivador, com uma excelente mensagem, refere o provedor: "Saber que o futuro deles depende mais deles do que de qualquer outra pessoa. Eles podem escolher o seu próprio caminho e devem lutar por isso".

Orgulhoso pela prestação dos jovens da Casa da Criança, o provedor enalteceu o excelente trabalho feito em parceria com a Casa da Música e a Câmara Municipal. "A Santa Casa está aberta à comunidade e a parcerias, porque enriquecemos todos, quando trabalhamos em equipa", conclui.

Distinções pelo projeto educativo em curso

O Externato da Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário, em Unhão, mereceu reconhecimento em boas práticas desenvolvidas

TEXTO **PAULO SÉRGIO GONÇALVES**

Unhão Crianças felizes e saudáveis. Crianças cidadãs ativas. Com os pés assentes no presente, mas a pensar no futuro, o Externato da Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário, em Unhão, concelho de Felgueiras, mereceu reconhecimento em boas práticas desenvolvidas.

O Externato da Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário recebeu três selos de certificação no âmbito do projeto "Escola Amiga da Criança", iniciativa que visa distinguir escolas que concebem e concretizam "ideias extraordinárias", contribuindo para um desenvolvimento mais feliz da criança no espaço escolar e partilha de boas práticas.

Todos estes projetos, que decorrem até ao final deste ano letivo, surgiram no contexto de sala de aula, explicou ao VM a diretora técnica, Sónia Sampaio. "Esta distinção reveste-se de grande importância pela garantia de qualidade dos nossos serviços e do sucesso educativo dos nossos alunos".

Com as preocupações ambientais na ordem do dia, surge o "Eco?Lógico!", tema de projeto educativo que aborda as temáticas relacionadas com a sustentabilidade do planeta.

O ponto alto deste programa deu-se no ano passado, com a elaboração de um projeto de carnaval em que os alunos prepararam as decorações e os fatos. As crianças, representando animais em vias de extinção, desfilaram pela cidade, empunhando frases de apelo a hábitos de vida sustentável. "O importante é que cada menino se torne cidadão ativo e leve esta mensagem para casa, para as famílias, criando-se uma onda de sensibilização de outros agentes", ressalvou a diretora técnica.

O Externato foi também distinguido com o selo "Escola Azul", um programa educativo do Ministério do Mar para promover a literacia do oceano em Portugal. "As nossas crianças são estimuladas para a consciencialização da importância dos recursos hídricos, dinamizando atividades diversas de promoção dessa literacia", frisou Sónia Sampaio.

No âmbito deste projeto, os alunos finalistas do 4º ano foram incumbidos de desenvolver algumas tarefas na escola, através da constituição das "Brigadas Eco?Lógico!". "Alertam outros colegas, controlam a deposição do lixo nos ecopontos, verificam se as torneiras das casas de banho foram deixadas a pingar. Eles são os agentes desta mensagem, o que os motiva bastante", garantiu.

Sónia Sampaio contou ainda que foi desenvolvida uma outra parceria com a Câmara Municipal de Felgueiras, que devido à pandemia não pôde ser concretizada. Trata-se da limpeza de uma praia onde, normalmente, fazem a colónia balnear. "A finalidade passa por mostrar aos alunos que o lixo produzido na nossa terra pode ir parar a grandes distâncias e, infelizmente, ao mar".

"As emoções são nossas amigas" é um outro projeto distinguido através da "Escola Amiga da Criança". O programa de promoção de competências emocionais visa dotar os alunos de maior consciência para a capacidade de gerir as emoções. "Temos uma psicóloga que, com as professoras titulares, efetua visitas regulares às salas e é abordada uma história. As crianças são convidadas a posicionarem-se face ao sentimento que está a ser experienciado, a colocarem-se no lugar do outro, criando a emoção da empatia", explicou Sónia Sampaio. "São trabalhadas várias emoções relacionadas com essas histórias, promovendo-se atividades e dinâmicas que ajudam as crianças a saber gerir esses momentos e a expressar essa emoção".

"O que pretendemos é arrumar a casa interior, em gavetas, de forma a que eles consigam reconhecer os seus sentimentos e como reagir", adiantou a diretora, acrescentando que, "quando existe algum conflito, os meninos são chamados para perceberem como agiram e como poderiam/deveriam ter agido para resolverem o problema".

Também a Semana da Saúde recebeu distinção. Terapia do riso, aula de zumba, sessão de sensibilização com enfermeiros sobre alimentação saudável e hábitos de higiene, palestra sobre saúde oral e nutrição com workshop de culinária com os "mini chefes" fizeram parte do programa. "Enquanto escola, entendemos que apenas os alertas não chegavam. Era preciso ir mais além", defendeu Sónia Sampaio, revelando o plano. "Partimos para uma semana temática, em cada dia abordava-se um tema específico relacionado com a saúde integral".

Sónia Sampaio a revelou ainda que estão a ser trabalhados outros projetos que em breve serão anunciados, sempre com a finalidade de dotar os alunos de competências e ferramentas educativas e de cidadania ativa.

O principal objetivo da equipa técnica com este trabalho é dotar os alunos de competências e ferramentas educativas e de cidadania ativa

MANUEL DE LEMOS
União das Misericórdias Portuguesas

LINO MAIA
Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade

O setor social solidário e as eleições: questões aos partidos

1. Ao fim de 25 anos de vigência, foi subscrita, em 23 de Dezembro de 2021, pelo Governo representado pelo Primeiro Ministro, pela Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (AMNP), pelo Presidente da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), pelo Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, pelo Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), pelo Presidente da União das Mutualidades Portuguesas e pelo Presidente da Confecoop (Confederação Cooperativa Portuguesa), a revisão do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social.

Esta nova versão do Pacto de Cooperação constitui um compromisso entre o Estado Central (Governo), o Estado Local (as autarquias locais) e as Organizações Representativas do Setor Social (ORSS), que assume, reitera e aprofunda o modelo de trabalho colaborativo no âmbito das competências de diversos departamentos governamentais, modelo que conforma a matriz do Pacto de Cooperação, na sua versão inicial, de 1996 – e que, desde então, tem constituído o referencial dos Compromissos de Cooperação celebrados anualmente, ancorados no papel com que a Constituição da República configura as instituições particulares de solidariedade social como instrumento das políticas públicas na proteção social (em sentido amplo).

O texto do Pacto revisto reconhece o papel, a importância, a valia, a capacidade de adaptação das IPSS e entidades equiparadas no sentido da execução dos objetivos consensualizados, tendo em conta a aptidão destas instituições para a aproximação aos problemas das pessoas concretas, através da rede capilar de equipamentos, respostas e serviços sociais assegurados pelas mesmas instituições em todo o território nacional.

Segundo números referidos pelo Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, são, neste momento, atendidos diretamente por estas instituições, só no âmbito do sistema, 200.000 trabalhadores.

Trata-se de um modelo que tem permitido o progressivo aumento da cobertura em creche, com vista à conciliação da vida profissional com a vida familiar, a universalização da educação pré-escolar, o acolhimento de crianças e jovens em risco, o atendimento a pessoas com deficiência, a prestação de cuidados de longo prazo, assegurando condições de saúde e bem-estar das pessoas idosas ou dependentes, em lares, apoio domiciliário e unidades de cuidados continuados – só para referir alguns dos domínios mais expressivos.

E, no atual contexto de pandemia, não podem deixar de se imputar ao modelo vigente os resultados comparativamente menos severos que o nosso País felizmente apresenta, em muito devedores do registo de proximidade dos cuidados assegurados aos grupos mais vulneráveis pelas Instituições particulares de solidariedade social.

2. Por outro lado, é também certo que, como em tudo, este modelo colaborativo só é capaz de produzir os resultados esperados se for financeiramente sustentável.

Nesse sentido, deve relevar-se como um passo muito significativo o compromisso constante do Pacto de Cooperação, no sentido de o Estado e as instituições deverem repartir de forma equitativa os encargos com as respostas sociais em que existem comparticipações familiares, tendo o Senhor Primeiro Ministro, em representação do Governo na cerimónia da assinatura da revisão do mesmo Pacto, referido que essa repartição equitativa se traduziria na cobertura gradual pelo Estado de 50% desses custos – sem prejuízo, como é bom de ver, das respostas sociais em que não haja comparticipações dos utentes, ou estas sejam meramente simbólicas, em que a comparticipação pública será a adequada a cada situação.

É também certo que este modelo colaborativo só é capaz de produzir os resultados esperados se for financeiramente sustentável

Deve ainda relevar-se o compromisso de os custos de funcionamento das respostas sociais deverem prever, na linha do trabalho digno, a necessária e justa revisão do estatuto remuneratório dos trabalhadores das instituições, tantos deles presentes na linha da frente no combate à pandemia.

O novo Pacto de Cooperação tem a vigência de 10 anos, o que corresponde a, pelo menos, três legislaturas e a possíveis diversas soluções de Governo.

E a primeira delas inicia-se dentro de dois meses.

Como é de regra, os Governos que hão de vir herdarão as obrigações constantes do Pacto, mas afigura-se prudente alicerçar e reforçar o cumprimento de tais obrigações com instrumentos habilitados para esse efeito.

Nesse sentido, as ORSS entendem propor às diversas forças políticas candidatas às eleições para a Assembleia da República de 30 de Janeiro a disponibilidade para a necessária alteração legislativa que consagre a consignação, na percentagem que seja bastante para o efeito, das receitas do jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa aos encargos do MTSSS com o pagamento das comparticipações da Segurança Social nos acordos de cooperação com as IPSS e entidades equiparadas, no âmbito do subsistema de ação social do sistema de proteção social de cidadania a que se refere a Lei de Bases da Segurança Social, com majoração das percentagens a que se referem o artº 3º, 5., b) do Decreto-Lei nº 56/2006, de 15 de Março e o artº 2º, 1., c) da Portaria nº 81/2021, de 8 de Abril.

Ou, caso se entenda preferível, a consignação da receita fiscal, ou de parte dela, proveniente de um determinado imposto, ao cumprimento das obrigações derivadas do Pacto de Cooperação, designadamente a gradual aproximação ao referido objetivo de comparticipação equitativa.

3. Ainda na perspetiva do reforço das condições de sustentabilidade das instituições, agora no que toca à diminuição dos encargos, persistem algumas situações de desigualdade, em sede de tributação, que, a nosso ver, caberia às forças políticas representadas na próxima Assembleia da República sanar, na medida da competência legislativa da Assembleia em matéria fiscal.

Anotam-se, a tal respeito, duas situações prioritárias:

3.1. A primeira tem que ver com a determinação da taxa do IVA em determinadas situações, designadamente empreitadas.

Como se sabe, estão sujeitas à taxa reduzida de 6%, nos termos do artº 18º, 1., a) do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, as empreitadas em que sejam as autarquias locais os donos da obra, de acordo com o nº 2.19 da Lista I, a que se refere o referido artº 18º, 1; beneficiando da mesma taxa reduzida as cooperativas de habitação e as associações de bombeiros, no que se refere às suas atribuições, de acordo com os nsº 2.25 e 2.26 da mesma Lista I.

Ora, afigura-se que, integrando as IPSS o âmbito da chamada economia social, de forma idêntica às cooperativas, nos termos do artº 4º da Lei de Bases da Economia Social, aprovada pela Lei nº 30/2013, de 8 de Maio

Persistem em diversos diplomas relativos ao Setor Social Solidário vestígios da legislação corporativa própria do Estado Novo

JOAQUIM PEQUICHO
Confederação Cooperativa Portuguesa

LUÍS ALBERTO SILVA
União das Mutualidades Portuguesas

– e constituindo mesmo as cooperativas de solidariedade social uma entidade equiparada legalmente às IPSS –, constituiria uma exigência de igualdade de tratamento poderem as IPSS beneficiar do mesmo regime fiscal em sede de IVA, no que se refere às empreitadas relativas a obras destinadas às suas atividades estatutárias.

Por outro lado, e agora por referência às empreitadas em que sejam as autarquias locais a entidade adjudicante, também se propugna pela equiparação do regime fiscal referido.

Com efeito, a Lei de Bases da Economia Social veio conferir maior densidade à tríade em que a Constituição desdobra os setores da economia de acordo com a propriedade dos meios de produção: público, privado e cooperativo e social. - artº 82º da Constituição da República.

Trata-se da primeira iniciativa legislativa de tratamento autónomo e sistemático do setor cooperativo e social, diferenciando-o com clareza, quer do setor público, quer do setor privado (em sentido estrito).

A Lei de Bases da Economia Social apresenta ainda a virtude de ter obtido o consenso parlamentar, tendo sido votada favoravelmente por todas as forças políticas então com representação na Assembleia da República.

Ora, como se referiu já, as IPSS e entidades equiparadas, embora entidades de direito privado e de iniciativa estritamente particular, e sem prejuízo da sua autonomia, expresso no artº 5º, f) da Lei de Bases da Economia Social e no artº 3º do Estatuto das IPSS e entidades equiparadas (aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro) constituem um instrumento do Estado no desenvolvimento das políticas públicas, nos termos do Pacto de Cooperação já referido.

Isto é, o enquadramento do setor cooperativo e social previsto na Constituição e desenvolvido na Lei de Bases da Economia Social aproxima-o mais, em termos de princípios e valores, do setor púbico do que do setor privado.

Como o setor público, são-lhe alheios interesses particulares, sendo-lhe constitutivo o princípio da prossecução do bem comum.

Assim, e sem prejuízo da necessária revisão do Estatuto Fiscal da Economia Social, desde já se propõe, de forma prioritária, a redução, por via legislativa, da taxa de IVA para 6%, nas empreitadas relativas a obras que tenham como objeto instalações destinadas aos fins estatutários das instituições.

3.2. O mesmo princípio da igualdade de tratamento implica que, mesmo previamente à revisão do Estatuto Fiscal da Economia Social, a Assembleia da República legisle no sentido de que a isenção do IMI, de que as IPSS e entidades equiparadas beneficiam no que respeita aos imóveis diretamente destinados aos seus fins estatutários, nos termos do artº 44º, f) do Estatuto dos Benefícios Fiscais, seja alargado a todos os imóveis de que seja proprietária, uma vez que, não havendo apropriação privada dos resultados da atividade das IPSS e entidades equiparadas, todo o respetivo património se encontra necessariamente afeto às respetivas finalidades estatutárias principais, como decorre, expressamente, do artº 1º-B, 2. do Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro.

Propõe-se assim às forças políticas que venham a ter representação parlamentar a necessária iniciativa legislativa que consagre o alargamento do regime de isenção a todos os bens imóveis pertencentes às IPSS e entidades equiparadas, sem qualquer tipo de discriminação positiva ou negativa.

'Sem interferência das autoridades públicas' é o que determina a Constituição. Ora, a tutela administrativa é, por definição, uma interferência

4. Referimo-nos acima à necessidade de que, no desenvolvimento da Lei de Bases da Economia Social, tenha efetiva tradução legislativa a distinção entre o Setor Cooperativo e Social e o Setor Privado, tendo designadamente em conta os valores e os princípios que caraterizam um e outro.

Mas, para efetivamente cumprir o desígnio constitucional, é também mister desenvolver em sede legislativa uma diferenciação simétrica daquela: agora entre o Setor Cooperativo e Social e o Setor Público.

Na verdade, importa esclarecer de uma vez por todas a natureza sintagmática das relações jurídicas entre o Estado e as ORSS que, (porque envolvem um princípio de filosofia jurídica que assenta na responsabilidade conjunta das comunidades e do Estado em sede de conceção e execução de políticas sociais) se distingue naturalmente da natureza sinalagmática da relação entre o Estado e o Setor privado (porque o que está aqui em causa é a prestação de um serviço por via de uma qualquer contrapartida). Por isso mesmo se devem designar as relações entre os primeiros por Acordos e Protocolos e entre os segundos por Contratos e Convenções.

Já acima se referiu a consagração, em dois diplomas legislativos fundamentais – uma lei de bases e um estatuto -, do princípio da autonomia destas instituições relativamente ao Estado.

É o caso da Lei de Bases da Economia Social, que proclama, no seu artº 5º, f) que constitui princípio constitutivo das entidades da economia social, "A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social."

No mesmo sentido, o artº 3º, 2. do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro, estabelece que, "Com respeito pelas disposições estatutárias e pela legislação aplicável, as instituições estabelecem livremente a sua organização interna"; reforçando este reconhecimento da autonomia o artº 4º, 4. do mesmo Estatuto, que enfatiza que "O apoio do Estado não pode constituir limitação ao direito de livre atuação das instituições."

Ora, persistem em diversos diplomas relativos ao Setor Social Solidário vestígios da legislação corporativa própria do Estado Novo, e do seu Código Administrativo, de Marcello Caetano, que veiculam conceitos caducados pelo tempo e pela liberdade, como é o caso da tutela, que constitui uma Secção própria, a III Secção, do Capítulo I do Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro.

Ora, a tutela é tipicamente uma relação administrativa, entre dois órgãos de natureza pública, que permite ao órgão de tutela interferir na atividade do órgão tutelado, designadamente nomeando e destituindo os titulares dos órgãos sociais deste.

Não é esse, mesmo sob a perspetiva da legislação existente, como vimos, o caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social e entidades equiparadas, havendo contradição insanável num diploma que, num certo passo, proclama a autonomia das instituições face ao Estado, para, mais adiante, qualificar como sendo de tutela a relação entre o Estado – aqui, Administração Pública – e as instituições.

No mesmo sentido, há que convocar o artº 46º, 2 da Constituição da República, que estabelece que "As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas atividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.

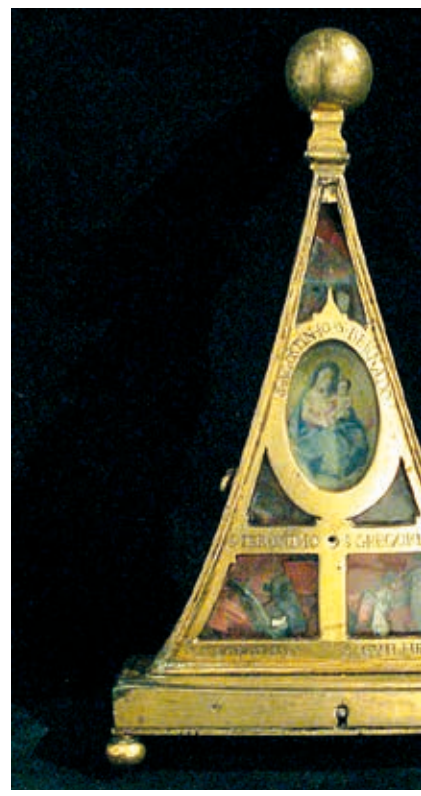
"Sem interferência das autoridades públicas" – é o que determina a Constituição.

Ora, a tutela administrativa é, por definição, uma interferência.

E, por outro lado, a forma associativa, protegida na sua autonomia pelo artº 46º da Constituição, constitui uma das principais formas jurídicas por que as IPSS e entidades equiparadas se apresentam.

Neste sentido, as ORSS interpelam as forças políticas concorrentes às eleições legislativas no sentido de promoverem a adequação à Constituição da legislação avulsa respeitante ao regime jurídico das IPSS e entidades equiparadas, designadamente no que se refere à subsistência de referências quer a uma relação de tutela quer a uma terminologia jurídica que não é, nem legal, nem constitucionalmente, admissível ou aceitável.

Sempre com prévia audição das Organizações Representativas do Setor Social (ORSS), nos termos do artº 16º do Decreto-Lei nº 120/2015, de 30 de Junho.



Desvendar as histórias das relíquias

Património A UMP associou-se à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa num projeto de estudo, inventariação e divulgação de relíquias e relicários

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

A União das Misericórdias Portuguesas (UMP) associou-se à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa num projeto de estudo, inventariação e divulgação de relíquias e relicários, que prevê a criação de uma base de dados a nível nacional e a dinamização de conferências, sessões de formação e exposições, ao longo dos próximos quatro anos. O projeto RELIQUARIUM tem a coordenação científica de António Camões Gouveia, investigador e docente da Universidade Nova de Lisboa, e vai ser desenvolvido pela equipa do Museu de São Roque.

Em declarações ao VM, a diretora do museu revelou que o ponto de partida deste trabalho é a "grande coleção de relíquias e relicários do museu e igreja de São Roque", constituída por 265 relicários e mais de 500 relíquias de santos, dos séculos XIV ao XVIII.

Partindo do conhecimento e divulgação deste espólio, pretende-se estudar e compreender uma realidade ainda pouco conhecida no panorama artístico nacional, em múltiplas vertentes, desde a origem, produção e encomenda de relicários a práticas sociais e religiosas associadas a estes objetos artísticos e de culto. "No fundo, fazer pontos de ligação com o universo dos relicários a nível nacional. Haverá certamente relicários no país, com grande interesse, que não estão estudados e esta é uma oportunidade de diálogo entre todos", resumiu Teresa Morna.

Neste vasto universo, estão as Misericórdias, paróquias, autarquias, museus e outras entidades com as quais a Santa Casa de Lisboa se pretende associar para aprofundar o conhecimento sobre o tema e reunir numa base de dados, criada para o efeito, informação sobre as tipologias, naturezas e proveniências das relíquias e relicários dispersos pelo país.

A UMP foi convidada a participar neste exercício de diálogo e mediação de saberes, no âmbito do projeto de inventário em curso desenvolvido pelo Gabinete de Património Cultural (GPC). "Vamos ajudar a explorar a origem das relíquias nas Misericórdias, perceber se houve algum tipo de culto e dimensão curativa associada às relíquias e aos relicários.

90

Até ao momento, o Gabinete de Património Cultural da UMP identificou cerca de 90 relíquias e relicários em 120 Misericórdias inventariadas. Segundo o responsável pelo GPC, "a maioria é do século XVII, quando se dá a expansão do culto das relíquias, e não se encontra exposta". O santo lenho predomina enquanto relíquia. Em relação aos relicários, a maioria tem a forma de uma cruz, em prata ou outro metal. Registam-se também bustos e imagens de santos, estruturas idênticas a custódias, braços em barro pintado, caixas em madeira ou cartão, etc.

Não descurando a identificação e estudo das peças enquanto objeto artístico e espiritual, a abordagem é mais ambiciosa e pretende olhar a dinâmica afetiva, proveniência e influência do relicário na vida das pessoas que o veneraram", adiantou Mariano Cabaço, responsável do GPC.

Num universo de 120 Misericórdias já inventariadas pela equipa do GPC, foram identificados até ao momento cerca de 90 relicários, datados sobretudo do século XVII, período em que se "dá a expansão do culto das relíquias".

Segundo Mariano Cabaço, a origem das peças é diversa, mas resulta sobretudo de legados testamentários ou doações em vida de "nobres, com lugares de relevo no reino, que transportaram uma relíquia e a doaram à Misericórdia da terra. Resultavam, como tal, de lógicas de afirmação de poder local. Em casos menos frequentes, terão vindo à posse das Misericórdias por via dos conventos, aquando da extinção das ordens religiosas".

A devoção das relíquias não é prática comum nas igrejas das Misericórdias. Acontecia sobretudo "nas igrejas matrizes ou sés patriar-

cais". O responsável do GPC indica, contudo, uma exceção conhecida. "Tirando o Santo Lenho [pedaço da cruz de Cristo], que muitas Misericórdias têm e que era de uso comum nas procissões da Semana Santa, outras relíquias não foram referenciadas em atos litúrgicos das Misericórdias".

Mas, como refere, estamos perante uma "oportunidade de aprendizagem, reflexão e estudo para podermos avançar no conhecimento desta área". Por isso, no decorrer do projeto poderão surgir outras evidências que comprovem, ou não, a presença de relíquias e relicários na prática litúrgica das Misericórdias.

No volume 5 da coleção "Portugaliae Monumenta Misericordiarum", encontramos referências sobre o papel das Misericórdias enquanto "importantes elementos difusores do culto", tomando como exemplo a "veneração das relíquias que algumas albergavam, como sucedia com o santo lenho em Proença-a--Nova" (Abreu, Laurinda; Paiva, José Pedro; 2006, p. 21).

RELIQUARIUM A UMP associou-se à Santa Casa de Lisboa num projeto de estudo, inventariação e divulgação de relíquias e relicários, que prevê a criação de uma base de dados a nível nacional e a dinamização de conferências, sessões de formação e exposições, ao longo dos próximos quatro anos

Para simbolizar a passagem de testemunho, há ainda vários compromissos, de que são exemplo as versões de 1577 e 1618 da Misericórdia de Lisboa, que referem a transmissão das relíquias como parte do ritual da tomada de posse, onde se incluía ainda a entrega das chaves, livro das atas e livro de inventário da instituição. "Tomado o juramento, o provedor que acabou entregarà as quatro chaves do braço de S. Anna e mais reliquias ao provedor novamente elleito, para depois as entregar aos irmãos que as hão-de ter", lê-se no capítulo sexto do Compromisso de 1618.

Objetos de arte e devoção, as relíquias e relicários refletem o tempo em que foram criadas, adquiridas, doadas e veneradas pela população. Contam histórias sobre os santos que representam, os locais onde estão guardados e as pessoas que lhes prestam culto. Refletem as relações de poder, movimentos sociais, manifestações de culto e correntes artísticas e são, por isso, objeto de interesse e estudo para investigadores das mais diversas áreas.

O que são as relíquias e relicários?

As relíquias são partes corporais dos santos (cabeça, braço, perna etc) ou objetos que estiveram em contacto direto com o santo, que são colocados nos relicários, objetos criados para os guardar e expor, destacando-se pela sua componente artística. Originalmente, os relicários eram caixas de madeira decoradas, mas com o tempo adquirem uma "forma mais preciosa" que, segundo o Museu de São Roque, se adapta à "preciosidade religiosa da relíquia".

Promover mediação e diálogo com públicos

Nos próximos quatro anos, vão decorrer oito jornadas, dedicadas ao estudo, formação e mediação de saberes em torno das relíquias e seus relicários. A primeira sessão aconteceu nos dias 4 e 5 de fevereiro com uma oficina de formação, conferências, debates e uma visita à coleção exposta. Segundo a equipa do Museu de São Roque, estes "encontros informais [semestrais] procuram responder a questões como o que estudar, porquê estudar e como estudar relíquias".

Coleção com mais de 500 relíquias

A coleção da Igreja e Museu de São Roque inclui 265 relicários e mais de 500 relíquias de santos, datados dos séculos XIV ao XVIII. Este espólio nasceu com a doação de uma vasta coleção de relíquias de Dom João de Borja, em 1588. Outras foram reunidas pela Companhia de Jesus, na sua antiga Casa Professa, chegando à posse da Misericórdia, por doação de D. José I, em 1768. Segundo João Miguel Simões, técnico do museu, este "acervo tem uma grande importância histórica, artística e cultural principalmente por se encontrar ainda in situ".

Base de dados a nível nacional

Segundo a diretora do Museu de São Roque, está prevista a criação de um portal específico para as relíquias e relicários, onde estarão reunidas todas as peças dos "santuários portugueses por forma a constituir uma base de apoio aos investigadores nacionais e estrangeiros". Para este efeito, serão feitas parcerias com várias entidades a nível nacional, onde se incluem as Misericórdias. De acordo com Teresa Morna, a ideia é ter um "portal em permanente atualização que possa continuar a ser alimentado" depois de concluído o projeto.

AGILIDADE S.A.

NOVA PARCERIA PARA CUIDAR DA SUA SAÚDE

A Agilidade é a nova parceira da União das Misericórdias Portuguesas. Há 12 anos na gestão de planos de saúde, oferece três soluções: **Agilcare**, com uma diversidade de serviços de saúde e bem-estar; **Sorriso Mais** especializado em tratamentos dentários e **Vetplano** a solução que protege os animais de estimação.

DESCONTOS ATÉ 60%

MEDICINA DENTÁRIA · CLÍNICAS E HOSPITAIS · CONSULTAS ESPECIALIDADE · ANÁLISES CLÍNICAS · EXAMES DE ESPECIALIDADE · MÉDICO AO DOMICÍLIO

ÓTICAS · FARMÁCIAS · NUTRIÇÃO · ESTÉTICA · TELEMEDICINA · ANIMAIS DOMÉSTICOS PROTEGIDOS

3 PLANOS, 3 SOLUÇÕES MÚLTIPLAS VANTAGENS

- Utilização Imediata
- Sem período de carência
- Cobertura Nacional
- +4.200 clínicas parceiras

www.vetplano.pt | www.sorrisomais.pt | www.agilcare.pt

Para saber mais, contacte: 212 405 660

Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) com condições comerciais exclusivas[i] para as Santas Casas de Misericórdia em Portugal.

[i] Ao abrigo do protocolo celebrado.

- EPIs produzidos em Portugal, descartáveis e reutilizáveis, com um custo a partir dos €0,80[ii]
- Entregas em 24h para todas as Misericórdias do País
- Produtos inovadores, concebidos a pensar na protecção da saúde e também na comodidade, robustez e fácil utilização, por parte dos profissionais de saúde

[ii] Exemplo para um fato de protecção completo de 75GSM lavável até 10 vezes.

PARA MAIS INFORMAÇÕES/ORDENS DE COMPRA CONTACTAR:
+351 910 677 989 | ump@twinklevariance.com

Twinkle Variance

NOVA

LOJA ONLINE

» Fiabilidade / Segurança das transacções comerciais
» Diversidade de artigos
» Fornecedores de referência
» Produtos / Serviços de qualidade
» Métodos de pagamento mais actualizados
» Mobilidade
» Rapidez

PORQUÊ COMPRAR EM SÍTIOS DIFERENTES SE PODE ENCOMENDAR TUDO NO MESMO?

COMPRE NO FENACAMARKET, UM PORTAL FEITO PARA SI.

FENACAMARKET.PT

SOFTWARE MISERICÓRDIAS
ECONOMIA SOCIAL

SOLIDÁRIOS CONSIGO
DESDE 1995

Novas versões

- **US** UNIDADES DE SAÚDE
- **PEM** PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS)
- **CP** CONTROLO DE PRESENÇAS
- **PC** PROCESSOS CLÍNICOS UCC (ACORDO UMP)
- **ACC** ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO
- **PC** PROCESSOS CLÍNICOS ERPI
- **UTC** UTENTES CT (CERTIFICADO AT)
- **ASS** ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- **GI** GESTÃO DE IMÓVEIS
- **CNT** CONTABILIDADE ESNL
- **IMO** IMOBILIZADO ESNL
- **LAN** LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- **ORD** ORDENADOS
- **ORC** MÓDULO ORÇAMENTOS

+ de 40 aplicações
+ de 900 clientes
Garantia de satisfação

Demonstrações grátis e sem compromisso
Assistência remota
Formação online

Contacte-nos para orçamentos, demonstrações ou mais informação.

TELEFONE (+351) 253 408 326
TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
EMAIL tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt

politérmica
ENGENHARIA

serviços de

Obras, Manutenção, Assistência Técnica e QAI

AVAC • Eletricidade • Hidráulicas • Redes Incêndio • Refrigeração • Sistemas Solares

Hospitais **UCC's** **Residências** **Escolas** **Serviços** **Indústria**

T +351 229 698 110 **e-mail** geral@politermica.pt **web** www.politermica.pt
Rua do Xisto, 670 • 4470-389 Maia • Portugal

LIPRONERG
ENGINEERING CONSULTANTS

Prevenir Legionella e Covid-19 com Plano de Prevenção e Descontaminação

Revisão
(revisão integral das condições de funcionamento)

Limpeza e desinfestação
(limpeza e desinfestação das instalações relativas à ACH e AQS)

Ajuste
(ajuste dos valores de cloro residual livre)

tel: 249717175 e-mail: geral@lipronerg.pt www.lipronerg.pt

HISTÓRIAS COM ROSTO

Um esboço inacabado

Rostos "Da vida não quero muito. Quero apenas saber que tentei tudo o que quis, tive tudo o que pude, amei tudo o que valia e perdi apenas o que, no fundo, nunca foi meu". As palavras são de Pablo Neruda, mas a filosofia de vida é de Rui Louro, arquiteto, urbanista, tripulante de aeronaves, paraquedista, aspirante a oficial miliciano de engenharia, professor e, desde 2017, utente da Residências Seniores Conde das Devezas, da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

Já depois dos 70 anos, estreou-se também como autor de livros, devido a circunstâncias que lhe limitaram as rotinas, mas não o espírito irreverente.

A pandemia de Covid-19 condicionou liberdades, mas proporcionou o tempo e a vontade de registar o legado de uma vida.

Filho de professores, com origens algarvias e minhotas, Rui Sousa Louro cresceu num meio rural marcado pela pobreza e pela fome. Embora fosse um "menino privilegiado", cedo aprendeu que nem todos nascem com as mesmas oportunidades.

"A morna pacatez da minha infância seria perturbada pelos primeiros factos que vieram a moldar a minha consciência social", escreve referindo-se à chegada das primeiras máquinas agrícolas a Castro Verde, que seriam a causa da fome dos seus "camaradas de escola".

Autodidata e engenhoso, o pequeno Rui surpreendia os colegas de escola com brinquedos feitos de latas de sardinha e caixas de giz, onde colocava rodas feitas de carrinhos de linhas.

Aos oito anos, muda-se para S. Jerónimo de Real, em Braga, onde os avós paternos tinham uma quinta, e deixa para trás a "pacata infância alentejana", os primeiros amores e os "verdes azulados das searas ondulando ao vento, polvilhadas com a cor rubra das papoilas".

Mudam as cores e os odores, as vegetações e os animais, mas mantém-se a ânsia de conhecer o mundo que o rodeia. Escapulia-se para casa dos caseiros, deliciava-se com as bolas de chouriço e sardinhas e cuidava dos pombos, coelhos e porquinhos-da-índia, que o pai autorizou a criar. Assim decorria a vida no campo quando o "trio de damas" (mãe, avó e tia) decide mudar-se para a Rua dos Chãos, em Braga, onde monta os primeiros kits de carros e aviões, paixão que o acompanha até hoje.

Depois de uma passagem serena pelo Liceu Sá de Miranda, em Braga, integra as fileiras da Mocidade Portuguesa e conclui o curso de Estudos Ultramarinos. Uma experiência que, durante muito tempo, considerou como "anos negros", mas que hoje encara de forma positiva por ter permitido "conhecer os podres do regime e desta forma estar mais bem preparado para o combater".

Da juventude guarda memórias de "estudo, mas também de diversão e muita irreverência". Algumas destas vivências estão associadas ao grupo "Os Irreverentes", formado por alunos do Liceu Sá de Miranda, com quem partilhou muitas aventuras. A prática desportiva acompanha-o até hoje, com a caminhada, corrida, natação e artes marciais, mas admite que nada se compara ao fascínio pelos "desportos de ar". Desígnio que viria a ser concretizado depois se emancipar, na Escola de Pilotagem do Aero Clube de Braga.

Na idade adulta, consagra-se como arquiteto, dedica-se à atividade política e conhece os amores da sua vida, que resultam em casamento (três) ou geram profundas amizades.

No quarto das residências, Rui Louro rodeia-se de tudo o que o faz feliz, os autores que mais o marcaram - existencialistas, neorrealistas e outros -, os animais que sempre o cativaram (tartarugas, aves e peixes) e alguns dos objetos que colecionou ao longo da vida.

No apartamento, onde sobra apenas espaço para circular, ainda se dedica à culinária e compilação de receitas.

Ao telefone e nas páginas do livro, Rui Louro revela-se um conversador nato, narrador dotado e homem de afetos, com rasgos de humor e ousadia, que vê na família um "legado para o futuro". E é assim que gosta de ser lembrado. Um esboço inacabado, em permanente busca da verdade. "Na vida não quis muito, mas tive tudo o que pude. Nunca quis ser melhor que os outros, mas melhor que eu próprio".

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

PERFIL

Rui Sousa é, desde 2017, utente da Residências Seniores Conde das Devezas, da Misericórdia de Vila Nova de Gaia

Uma vida entre Minho e Alentejo

Rui Louro nasceu em 1947, em Castro Verde. Filho de professores, repartiu a infância entre o Alentejo e o Minho, a idade adulta entre Braga, Gondomar e Vila Nova de Famalicão, onde trabalhou como arquiteto e professor, e mora desde 2017 nas residências da Misericórdia de Vila Nova de Gaia. No apartamento, onde sobra apenas espaço para circular, ainda se dedica à culinária e compilação de receitas de iguarias variadas.

Narrativas sobre a pandemia

A incursão pela escrita começa durante a pandemia, por sugestão da psicóloga Ana Costa. Inicia-se com um guia de viagem pelos "sítios Além-Tejo", seguindo-se reflexões sobre o surrealismo, psicologia e as memórias de uma vida, compiladas agora em livro. À semelhança da capa do livro, Rui Louro mostra-se como um esboço inacabado, em permanente busca da verdade.

A publicação "Circunstâncias - Narrativa em tempo de pandemia" está nas livrarias desde dezembro de 2021.

Novo centro de formação para a economia social

Formação Ministra afirmou tratar-se do primeiro centro de competências da economia social na Europa

Portugal vai ter um centro de formação para a economia social e destinado dirigentes, trabalhadores e voluntários do setor

TEXTO **ANA CARGALEIRO DE FREITAS**

Formação Portugal vai ter um centro de formação específico para a economia social, no âmbito de um acordo assinado, a 11 de janeiro, em Lisboa, pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e restantes membros do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES). O Acordo de Formação Profissional e Qualificação da Economia Social prevê a definição de currículos e programas de formação que respondam às necessidades de qualificação, valorização e formação contínua dos dirigentes, trabalhadores e voluntários do setor.

Durante a sessão, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social afirmou tratar-se de um "dia histórico, mas também de enorme esperança" por se tratar do "primeiro centro de competências da economia social a nível europeu", enquadrado no Plano de Ação Europeu para a Economia Social, recentemente aprovado pela Comissão Europeia.

Ana Mendes Godinho considera que esta é uma oportunidade para a economia social valorizar o "capital social" das organizações e servir de exemplo na forma como valoriza os seus trabalhadores. "A economia social mostra que é um exemplo de trabalho digno, sustentável, de estabilidade nas relações laborais e de trabalho inclusivo, desde as pessoas com deficiência, migrantes, homens e mulheres".

Na abertura da sessão, o presidente da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), Eduardo Graça, destacou ainda o simbolismo deste compromisso que "permitirá estruturar, de forma duradoura e em parceria, a política pública de formação profissional e de capacitação para o setor" e simultaneamente responder a "necessidades permanentes de formação, atualização de conhecimentos e competências," através do aumento e flexibilização da oferta especializada, em áreas como o cuidado aos idosos, gerontologia, economia verde e digital.

Para assinar o acordo, no Centro Cultural Brotéria, em Lisboa, esteve presente José Rabaça, tesoureiro do Secretariado Nacional, em representação da UMP.

Este centro de competências da economia social vai ser instalado na Guarda e será gerido numa parceria entre o IEFP, a CASES e o Centro de Estudos Ibérico da Guarda. No mesmo dia foram protocolados, em Lisboa, quatro centros de formação, no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, com um investimento previsto de cerca de 60 milhões de euros. VM

Estatuto editorial

1 O jornal Voz das Misericórdias é um instrumento de comunicação da União das Misericórdias Portuguesas e das suas associadas, as Misericórdias de Portugal e do mundo, em prol da civilização do amor e da interação entre os que podem dar e os que precisam de receber.

2 Neste contexto, o Voz das Misericórdias assume-se como um meio de comunicação social de informação atento, de um modo especial, à divulgação do movimento das Misericórdias Portuguesas e à articulação das Misericórdias entre si e com a sua União no pressuposto da importância nacional do sector social e do seu reconhecimento constitucional.

3 Para esse efeito o Voz das Misericórdias propõe-se dar a conhecer os projetos de ação da União e das Santas Casas portuguesas, no estrito respeito não só pelos seus mais legítimos direitos históricos e os seus humanitários ideais consagrados há mais de 500 anos, mas também pela ambição de cumprir as "obras de misericórdia" em modernidade e qualidade com o objetivo da promoção do desenvolvimento económico e social das comunidades que as criaram, assim lhes conferindo a sua específica natureza .

4 Encruzilhada de pessoas e instituições empenhadas no estudo, na reflexão, na análise, no debate e na ação sobre os desafios sociais e as suas possíveis respostas, o seu objetivo é também ser uma voz moderna e qualificada junto dos diversos atores e poderes para promover o desenvolvimento sustentado da cidadania e da qualidade de vida do tecido social, em especial do mais carenciado.

5 Considerando a atividade constante das Santas Casas da Misericórdia nos países onde se faz sentir a presença de comunidades de portugueses na diáspora, e em toda a comunidade de países de língua portuguesa, o Voz das Misericórdias será o meio de comunicação preferencial entre os que falam a mesma língua e defendem os mesmos valores.

6 O Voz das Misericórdias divulgará todas as iniciativas promovidas pelas instâncias internacionais referentes à União e às Santas Casas, nomeadamente a Confederação Internacional das Misericórdias e a União Europeia das Misericórdias.

7 O Voz das Misericórdias compromete-se a assegurar o respeito pelos princípios deontológicos e a ética profissional dos jornalistas, assim como o respeito a boa-fé dos leitores e, como é sua tradição, está aberto a todos que nele queiram colaborar, desde que respeitem o presente estatuto editorial, em ordem a salvaguardar o interesse público e a ordem democrática.

VOZ DAS MISERICÓRDIAS

Órgão noticioso das Misericórdias em Portugal e no mundo

PROPRIEDADE:
União das Misericórdias Portuguesas
CONTRIBUINTE: 501 295 097
REDAÇÃO/EDITOR E ADMINISTRAÇÃO:
Rua de Entrecampos, 9, 1000-151 Lisboa

TELS.: 218 110 540 / 218 103 016
FAX: 218 110 545
E-MAIL: jornal@ump.pt

FUNDADOR:
Manuel Ferreira da Silva

DIRETOR:
Nuno Reis

EDITOR:
Bethania Pagin

DESIGN E COMPOSIÇÃO:
Mário Henriques

PUBLICIDADE:
publicidade@ump.pt

COLABORADORES:
Ana Cargaleiro de Freitas
Carlos Pinto
Daniela Parente
Filipe Mendes
Paulo Sérgio Gonçalves
Vera Campos
Vitalino José Santos

ASSINANTES:
jornal@ump.pt
TIRAGEM DO N.º ANTERIOR:
8.000 ex.
REGISTO: 110636
DEPÓSITO LEGAL N.º: 55200/92

IMPRESSÃO:
Diário do Minho
Rua de S. Brás, 1 – Gualtar
4710-073 Braga
TEL.: 253 303 170

VER ESTATUTO EDITORIAL:
www.ump.pt/Home/comunicacao/estatuto-editorial/